



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP

UASG: 986219

LICITAÇÃO Nº: 98173/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 173/2026

EDITAL Nº 209/2026

PROCESSO Nº 87.530/2025

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LICITAÇÃO: **AMPLA PARTICIPAÇÃO**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CONTROLE DE ACESSO DE COLABORADORES, VISITANTES E VEÍCULOS DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE (CATRACAS E CANCELAS ELETRÔNICAS), NAS DEPENDÊNCIAS DO PRÉDIO ADMINISTRATIVO SITO A RUA WENCESLAU BRAZ, Nº. 8-08 – VILA SOUTO, BAURU/SP. A EMPRESA TAMBÉM SERÁ RESPONSÁVEL PELA INSTALAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS, SOFTWARE DE GESTÃO DE ACESSO (CARTÃO MIFARE), TREINAMENTO DE USO E SUPORTE TÉCNICO, GARANTINDO A SEGURANÇA E A EFICIÊNCIA DOS SISTEMAS DE CONTROLE DE ACESSO, PELO PERÍODO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL.

Empresa _____

Pessoa para contato: _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____ Fax: _____

Recebemos através do acesso à página www.bauru.sp.gov.br → Licitações – Licitações Geral → Pregão Eletrônico, o impresso cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre a Gerência de Compras e Licitações deste Município e essa Empresa, solicitamos o preenchimento do recibo de entrega do edital e envio ao Setor Responsável por meio do **e-mail:** karlajulich@bauru.sp.gov.br.

A não remessa do recibo exige a Gerência de Compras e Licitações da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Pregoeira da Prefeitura Municipal de Bauru



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

Edital de Licitação nº 209/2026

Pregão Eletrônico nº 173/2026

Processo Administrativo nº 87.530/2025

AMPLA PARTICIPAÇÃO

MODO DE DISPUTA ABERTO

MENOR PREÇO POR LOTE

Interessadas: Secretaria Municipal de Infraestrutura

Base Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Complementar 123/2006.

Recebimento das Propostas: até às 09h do dia 15 de maio de 2026.

Local: <https://www.gov.br/compras/pt-br> - **LICITAÇÃO Nº: 98173/2026**

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 09h do dia 15 de maio de 2026.

Pregoeira: Karla Costa Julich

O Senhor **Cristiano Ricardo Zamboni**, Secretário Municipal da Administração, torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** – do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** – do tipo **AMPLA PARTICIPAÇÃO** – **MODO DE DISPUTA ABERTO** - Processo nº. 87.530/2025, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CONTROLE DE ACESSO DE COLABORADORES, VISITANTES E VEÍCULOS DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE (CATRACAS E CANCELAS ELETRÔNICAS), NAS DEPENDÊNCIAS DO PRÉDIO ADMINISTRATIVO SITO A RUA WENCESLAU BRAZ, Nº. 8-08 – VILA SOUTO, BAURU/SP. A EMPRESA TAMBÉM SERÁ RESPONSÁVEL PELA INSTALAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS, SOFTWARE DE GESTÃO DE ACESSO (CARTÃO MIFARE), TREINAMENTO DE USO E SUPORTE TÉCNICO, GARANTINDO A SEGURANÇA E A EFICIÊNCIA DOS SISTEMAS DE CONTROLE DE ACESSO, PELO PERÍODO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL, que será regida pela Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014 e Lei Municipal nº 7.238 de 16 de julho de 2019.

Justificativa: Diante da necessidade de reforçar a segurança dos servidores e do patrimônio público, será implementado um sistema de controle de acesso no prédio administrativo localizado na Rua Wenceslau Braz, nº. 08-08 – Vila Souto, que abriga diversas secretarias municipais. A medida visa restringir o acesso apenas aos servidores e pessoas previamente autorizadas, devido à intensa circulação de usuários externos, o que representa riscos à segurança. Com isso, espera-se garantir maior controle, organização no fluxo de pessoas e um ambiente de trabalho mais seguro e eficiente para o desenvolvimento das atividades institucionais.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de **Brasília/DF**.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:

- Telefones: (14) 3235- 1287 – 1281 - 1292
- Endereço: Rua Rio Branco, 5-05 – Centro - CEP: 17010-190 – Bauru/SP
- Secretaria Municipal da Administração – Gerencia de Compras e Licitações – 1º andar
- e-mail: karlajulich@bauru.sp.gov.br
- Site: www.bauru.sp.gov.br
- Site: <https://www.gov.br/compras/pt-br> - **LICITAÇÃO Nº: 98173/2026**

O valor estimado da contratação consta na planilha orçamentária, conforme documento encartado nos autos do Processo nº 87.530/2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP

ESTADO DE SÃO PAULO

**Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações**

Todas as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes secretarias: Infraestrutura - ficha nº 425 – reserva nº 4651, Meio Ambiente – ficha nº 738 – reserva nº 4652, Aprovação de Projetos - ficha nº 501 – reserva nº 4653, Serviços Urbanos – ficha nº 956 – 4654 e Habitação – ficha nº 1186 – reserva nº 4655.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionários da Prefeitura Municipal de Bauru, denominado **Pregoeira (Coordenadora) Karla Costa Julich**, pregoeira substituta **Rafaella Galvão Sampaio Agostinho**, com o auxílio da equipe de apoio composta por, Rafaella Galvão Sampaio Agostinho, Rafael Francisco dos Santos, Daniela Cristina Laiter Gaburi e Ângela Akemi Konda Boletti, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica do Compras.gov.br.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO E VALIDADE DO CONTRATO

2.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CONTROLE DE ACESSO DE COLABORADORES, VISITANTES E VEÍCULOS DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE (CATRACAS E CANCELAS ELETRÔNICAS), NAS DEPENDÊNCIAS DO PRÉDIO ADMINISTRATIVO SITO A RUA WENCESLAU BRAZ, Nº. 8-08 – VILA SOUTO, CEP 17051-120 ,BAURU/SP. A EMPRESA TAMBÉM SERÁ RESPONSÁVEL PELA INSTALAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS, SOFTWARE DE GESTÃO DE ACESSO (CARTÃO MIFARE), TREINAMENTO DE USO E SUPORTE TÉCNICO, GARANTINDO A SEGURANÇA E A EFICIÊNCIA DOS SISTEMAS DE CONTROLE DE ACESSO, PELO PERÍODO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL.**

2.2. O prazo de vigência do contrato é **de 24 (vinte e quatro) meses**, a contar da assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ESPECIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE LOCAÇÃO E EQUIPAMENTOS

3.1. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO/MODELO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

- 3.1.1. A prestação desse serviço será realizada por meio da locação de equipamentos de controle de acesso, incluindo: instalação da infraestrutura eventualmente necessária e instalação dos equipamentos e sistemas propriamente ditos, incluindo as manutenções preventiva e corretiva de todo o sistema.
- 3.1.2. A contratação deverá contemplar todos os serviços, materiais e peças necessários para manutenção preventiva e corretiva das catracas e cancelas, instalação e remoção de equipamentos, incluindo elaboração e implementação do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devendo disponibilizar equipe técnica qualificada para a execução dos serviços.
- 3.1.3. Os equipamentos deverão ser entregues e instalados, ativados e testados, em perfeito funcionamento, nos locais indicados, durante o horário de funcionamento das secretarias, sem qualquer custo adicional, deverá a contratada organizar com a contratante o roteiro das instalações dos equipamentos, com início em no máximo 30 (trinta) dias úteis após a assinatura do contrato.
- 3.1.4. É de responsabilidade da CONTRATADA a implementação total do sistema, incluindo fornecimento de todos os materiais, equipamentos, instrumentos, software e outros componentes necessários para seu pleno funcionamento.
- 3.1.5. Caso o software não esteja integrado com o hardware existente, a contratada deverá realizar a integração no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da ordem de serviço, garantindo o pleno funcionamento e

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

comunicação de todo o sistema de acesso. O descumprimento implicará aplicação das penalidades previstas no contrato, conforme a Lei nº 14.133/2021.

- 3.1.6. Não serão aceitos produtos que não apresentem as características estabelecidas no item 3.1, 3.2, e 3.3 deste Termo de Referência;
- 3.1.7. Os equipamentos deverão ser de boa qualidade, sendo os mesmos inspecionados no momento de sua entrega;
- 3.1.8. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, não aceitando, em hipótese alguma, produtos manufaturados/recondicionados.
- 3.1.9. Do fornecimento de peças e acessórios:

3.1.9.1. A Licitante vencedora deve responsabilizar-se pela retirada do material sucateado, danificado, substituído, inclusive suas embalagens, resultante das operações de manutenção, responsabilizando-se também pelo descarte, obedecidas as legislações ambientais vigentes.

3.1.9.2. O serviço de reparo técnico e/ou corretiva e respectiva substituição das peças necessárias deverão ser realizados, no prazo máximo de **01 (um) dia útil**, após abertura do chamado, pelo fiscal do contrato, podendo esse prazo ser prorrogado mediante solicitação da licitante vencedora, acompanhada da justificativa quanto à inviabilidade de cumprimento do prazo e informação quanto ao prazo necessário.

- 3.1.10. Para instalação ou remoção dos equipamentos, quando necessário, a licitante vencedora deverá fazer a recomposição de forros, pisos, rebocar e pintar a parede no lugar que foi quebrado na cor padrão do ambiente, reparar o telhado e sua vedação, de forma a não permitir infiltração de água da chuva, uma vez que fará parte da garantia dos serviços.
- 3.1.11. Inclui os serviços de adequação de equipamentos, de montagem, de instalação e testes, inclusive obras civis, se houver, independente do porte da obra, como furos técnicos, construção de suportes, embutir tubulações, montar infraestrutura aparente, pintura. Devendo toda a instalação e adequação ser aprovada pelo Gestor do contrato seguindo orientações da equipe técnica designada pelo mesmo.
- 3.1.12. Deverá ser responsável por toda a parte elétrica necessária para a instalação, conforme padrão da Prefeitura, seguindo normas vigentes, com circuito exclusivo e dimensionado para os equipamentos.
- 3.1.13. A licitante vencedora ainda deverá ser responsável por toda a parte de infraestrutura de redes, assim como cabeamento homologado pela Anatel, conexões, montagem de infraestrutura embutida ou aparente em ferro zincado, pois a licitante vencedora deverá montar infraestrutura que conduza o cabeamento de redes até o rack de TI e se necessário inserir ativos de redes para o funcionamento adequado dos equipamentos na rede. A empresa deverá seguir os padrões de instalação da Prefeitura Municipal de Bauru.
- 3.1.14. Toda a parte de interligação lógica será de responsabilidade da licitante vencedora e deverá seguir as regras e padrões da estrutura de redes da Informática da Prefeitura.
- 3.1.15. Deverá ser realizada as Manutenções Preventivas e Corretivas, com fornecimento de todas as peças necessárias, nas cancelas e catracas, assim como no software.
- 3.1.16. A Manutenção Técnica Preventiva contempla os serviços efetuados para manter os equipamentos funcionando em condições normais, tendo como objetivo diminuir as possibilidades de paralisação, compreendendo: manutenção do bom estado de conservação, substituição ou reparo de pequenos componentes que comprometam o bom funcionamento, modificações necessárias com objetivo de atualização dos aparelhos, limpeza, regulagem, inspeção, calibração e simulação de testes mecânicos e eletroeletrônicos em todo sistema interno e externo, entre outras ações que garantam que o conjunto dos equipamentos esteja em permanente condição de operação.

3.1.16.1. Manutenção Técnica Preventiva deverá ser realizada a cada 03 (três) meses, a fim de manter os equipamentos sempre em boas condições de uso.

3.1.16.2. A Manutenção Corretiva contempla os serviços de reparos com a finalidade de eliminar todos os defeitos existentes nos equipamentos identificados, por meio de diagnóstico, bem como da correção de anormalidades, da realização de testes e regulagens que sejam necessárias para garantir o retorno do equipamento às condições normais de funcionamento e, também, na substituição do equipamento sem que haja prejuízo ao funcionamento do sistema. O prazo máximo até **01 (um) dia útil** da abertura do chamado.

3.1.16.3. A manutenção corretiva é aquela efetuada após a ocorrência de alguma falha do equipamento, será realizada sempre que necessário, a fim de restabelecer o pleno funcionamento do

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

equipamento. A manutenção corretiva consistirá em reparar todo e qualquer defeito mecânico ou elétrico que venha a ocorrer durante a vigência do contrato de locação.

- 3.1.16.4. As atividades de manutenção deverão ser realizadas por pessoas devidamente capacitadas e treinadas.
- 3.1.17. Todas as informações referentes à manutenção deverão ser registradas e documentadas, contendo a descrição do sistema, do problema, ações realizadas, tipo e quantidade de peças utilizadas, identificação do mantenedor, data e hora da intervenção, e outras informações que forem pertinentes.
- 3.1.18. Todo o procedimento de manutenção nos equipamentos deverá ser realizado nas dependências da contratante, em local a ser determinado pelo setor responsável pela manutenção predial, salvo exceções devidamente autorizadas.
- 3.1.19. Caberá à licitante vencedora manter o sistema em perfeitas condições de uso durante todo o período de duração do contrato, comprometendo-se a reparar ou substituir, se for o caso, os acessórios ou componentes que apresentarem falhas e que não caracterizarem perda das funções básicas do sistema.
- 3.1.20. Nesse caso, as falhas constatadas deverão ser sanadas de imediato, observando prazos razoáveis e tecnicamente admitidos, ou aqueles previstos nos editais, termos de referência, contratos e/ou acordos de nível de serviço.
- 3.1.21. Na ocorrência de falhas que resultarem em perda das funções básicas, a licitante vencedora deverá obrigatoriamente providenciar, conforme especificado nas cláusulas contratuais, de **imediato**, o restabelecimento do sistema, inclusive em horários noturnos e aos sábados, domingos e feriados.
- 3.1.22. A licitante vencedora deverá comunicar ao Gestor do Contrato todas as ocorrências nos equipamentos instalados, que possam comprometer ou não os serviços.
- 3.1.23. A licitante vencedora deverá elaborar e entregar ao Contratante, após a execução de cada manutenção corretiva, um relatório do serviço prestado, devidamente preenchido e assinado.
- 3.1.24. A licitante vencedora deverá manter em sigilo, sob as penalidades da lei, dados e informações de propriedade do Contratante, a menos que expressamente autorizada a divulgação por escrito.
- 3.1.25. É de responsabilidade exclusiva da licitante vencedora o fornecimento dos insumos, materiais e acessórios necessários para a plena condição de operação dos equipamentos, sendo que o fornecimento deverá ser suficiente para manter a continuidade da prestação de serviços.
- 3.1.26. Todos os custos de instalação, bem como todos os equipamentos, materiais e infraestrutura necessária devem ser fornecidos pela Contratada. Eventuais exceções, para utilização de infraestrutura existente nos endereços, deverão ser analisadas e aprovadas pelo Contratante.
- 3.1.27. Serão de inteira responsabilidade da Contratada a guarda e a manutenção de equipamentos e/ou materiais de sua propriedade que sejam colocados para uso durante a execução dos serviços.
- 3.1.28. Se forem detectadas falhas e ou defeitos nos equipamentos durante as inspeções, deverão ser solucionadas e reparadas logo em seguida, mediante autorização da CONTRATANTE.
- 3.1.29. Em todos os casos, a equipe de manutenção deverá comunicar o CONTRATANTE e obter a autorização para prosseguir com as atividades de manutenção.
- 3.1.30. Os procedimentos de inspeção e manutenção devem ser fornecidos e documentados pelo fabricante ou instalador.
- 3.1.31. Atendimento da Assistência Técnica: Prazo de 24 (vinte e quatro) meses. Suporte Telefônico e/ou Online. Cobertura: Horário comercial (08:00 às 17:00) de segunda-feira à Sexta, tempo de atendimento com solução: máximo de 24h (vinte e quatro horas) a partir da abertura do chamado técnico.
- 3.1.32. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 3.1.33. Os serviços deverão atender a todas as normas técnicas aplicáveis, inclusive no que se refere a segurança na execução e especificações do fabricante, a fim de proporcionar qualidade aos serviços, bem como preservar a integridade dos funcionários e a garantia dos equipamentos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP

ESTADO DE SÃO PAULO

**Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações**

- 3.1.34. O serviço deve contemplar a destinação, de forma ambientalmente adequada, de todos os materiais e equipamentos que foram utilizados ou descartados na prestação de serviços, inclusive as pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.
- 3.1.35. A licitante vencedora deverá prestar serviços eventuais, compreendendo: desinstalação e reinstalação de equipamentos no mesmo local, procedimentos esses decorrentes da alteração interna de layout da unidade; desinstalação e reinstalação de equipamentos em outro local da mesma cidade, em virtude de mudança da unidade; desativação de equipamentos ou do sistema de segurança de alguma unidade.
- 3.1.36. A licitante vencedora deve identificar todos os equipamentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do Contratante.
- 3.1.37. A licitante vencedora, ao final da instalação, deverá providenciar o **MEMORIAL DESCRITIVO DE INSTALAÇÃO** dos equipamentos, indicando todos os equipamentos instalados, suas especificações, notas técnicas das instalações referentes a interferências arquitetônicas efetuadas para a instalação dos equipamentos e/ou outras medidas ou problemas encontrados. O Memorial Descritivo deverá ser acompanhado dos Catálogos de todos os equipamentos instalados, dos diagramas esquemáticos de instalação e dos AS BUILTs.
- 3.1.38. Operar e agir com organização completa, fornecendo a mão de obra necessária à execução dos serviços objeto do Contrato, realizando, também, todas as atividades inerentes à direção, coordenação, fiscalização, administração e execução dos serviços.
- 3.1.39. Conduzir seus trabalhos em harmonia com as atividades do Contratante, de modo a não causar transtornos ao andamento normal de seus serviços e horários estabelecidos em normas internas, nem quaisquer ônus relativos ao uso de recursos materiais ou humanos.
- 3.1.40. Responsabilizar-se por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas ou vícios pré-existentes nos equipamentos, os quais não implicam corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes ou prepostos. É certo que a regular fiscalização dos serviços pelo Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante vencedora.
- 3.1.41. Assumir todas as responsabilidades legais, danos materiais ou pessoais que forem causados a terceiros, seja por atos próprios da licitante vencedora, seja por atos de seus operários ou prepostos, sem que isso venha a reduzir o direito do Contratante de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos trabalhos contratados, por meio do responsável designado para este fim.
- 3.1.42. Relatar ao gestor do contrato toda e qualquer irregularidade observada nos locais de prestação do serviço e que possam representar risco ao patrimônio, à documentação, aos servidores e contribuintes.

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA

- 4.1. A entrega e instalação dos equipamentos, bem como do software, deverá ser realizada pela empresa vencedora no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis** a contar do recebimento da assinatura do contrato.
- 4.2. A Secretaria Municipal de Infraestruturas comunicará a licitante vencedora, mediante correspondência ou e-mail, o aviso da Ordem de Serviço.
- 4.3. Os produtos deverão ser entregues e instalados no **CENTRO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E BEM-ESTAR ANIMAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO**, sito na **Rua Wenceslau Braz, nº 8-8, Vila Souto – Bauru/SP – CEP 17051-120**, em dias úteis, no horário das 08:00 h às 11:30 h e das 13:00h às 16:30h.
- 4.4. A licitante vencedora deverá seguir rigorosamente os dias, horários e prazos de entrega;
- 4.5. Correrão por conta da licitante vencedora as despesas de embalagem, seguros, transporte, descarregamento, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e outros, se existentes, decorrentes do fornecimento.
- 4.6. O Município de Bauru reserva-se o direito de inspecionar os objetos do contrato, podendo recusá-lo ou solicitar sua substituição, caso esteja em desacordo com as especificações contidas na proposta comercial e no Termo de Referência.
- 4.7. No ato do recebimento, o objeto será submetido à verificação por servidores competentes, cabendo a licitante vencedora a substituição, caso o mesmo seja recusado por não se enquadrar nas especificações estipuladas no Anexo I e III, estando a licitante vencedora sujeita a aplicação de penalidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO DE GARANTIA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. A licitante vencedora deverá garantir a qualidade do objeto entregue e a substituição do mesmo, se constatado que foi entregue em desconformidade com a proposta, em más condições de transporte carga, descarga da transportadora ou quando o mesmo não corresponder ao descrito no edital.

5.1.1. Os produtos que apresentarem irregularidades deverão ser substituídos por novos, sendo que todas as despesas inerentes à substituição e transporte destas e do objeto licitado correrão por conta da adjudicatária, não cabendo ao Município qualquer ônus.

5.2. A licitante vencedora será responsável integral pelos equipamentos locados incluindo substituição em caso de falhas, defeitos ou mau funcionamento durante toda a vigência do contrato.

5.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Município de Bauru poderá:

a) se disser respeito às especificações, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou cancelando a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.(1) na hipótese de substituição, a licitante vencedora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Município, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou cancelando a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.(1) na hipótese de complementação, a licitante vencedora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Município, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

5.4. A contratante não arcará com custos de reposição ou reparo dos bens em nenhuma hipótese.

CLÁUSULA SEXTA: DOS ANEXOS DO EDITAL

6.1. Seguem anexos ao Edital como parte integrante do mesmo:

6.1.1. Termo de Referência/Especificação do Objeto (Anexo I)

6.1.2. Modelo de Carta de Apresentação (Anexo II)

6.1.3. Formulário Modelo de Proposta de Preços (Anexo III)

6.1.4. Minuta de declaração de inexistência de impedimento legal (Anexo IV)

6.1.5. Minuta de declaração de cumprimento do inc. VI, do art. 68 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, XXXIII da Constituição Federal (Anexo V)

6.1.6. Declaração de Conformidade (Anexo VI)

6.1.7. Termo de Ciência e Notificação (Anexo VII)

6.1.8. Minuta de Contrato (Anexo VIII)

CLÁUSULA SÉTIMA: DA FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E ESCLARECIMENTOS

7.1. O presente edital encontra-se disponível no Portal de Compras do Governo Federal no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br> e também no site www.bauru.sp.gov.br.

7.2. Observado o prazo legal, o fornecedor poderá formular pedido de esclarecimento na forma eletrônica, diretamente no e-mail do pregoeiro constante no preâmbulo deste edital.

7.3. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos diretamente no Portal de Compras do Governo Federal no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br> na respectiva identificação.

7.4. Caso o proponente não solicite esclarecimentos no do prazo legal, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, qualquer reclamação posterior.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

8.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

8.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

8.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.3.1. A não observância do disposto no item 8.3. poderá ensejar na desclassificação no momento da habilitação.

8.4. **Para o objeto desta licitação, a participação é AMPLA.**

8.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o item 8.4. fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto Federal nº 8.538, de 2015.

8.6. Não poderão participar desta licitação:

8.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

8.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, conforme previsto no [art. 14, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021](#);

8.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, conforme previsto no [art. 14, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021](#);

8.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, conforme previsto no [art. 14, inciso III da Lei Federal nº 14.133/2021](#);

8.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na Gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme previsto no [art. 14, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021](#);

8.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si, conforme previsto no [art. 14, inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021](#);

8.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, conforme previsto no [art. 14, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021](#);

8.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

8.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, devidamente justificada pela Administração, nos termos do [art. 15, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

8.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.7. O impedimento de que trata o item 8.6.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante, conforme previsto no [§ 1º do art. 14, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

8.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 8.6.2. e 8.6.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade, conforme previsto no [§ 2º do art. 14, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

8.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico, conforme previsto no [§ 3º do art. 14, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

8.10. O disposto nos itens 8.6.2. e 8.6.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

8.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

8.12. A vedação de que trata o item 8.6.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

8.13. Além das vedações estabelecidas pelo art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, é vedado ao licitante, contratar cônjuge companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme previsto no [Parágrafo Único do art. 48, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

CLÁUSULA NONA: DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

9.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro (Coordenador), que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) Responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) Abrir as propostas de preços;
- d) Analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) Desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) Declarar o vencedor;
- i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos, encaminhando o processo devidamente instruído para a autoridade superior;
- j) Elaborar a ata da sessão;
- k) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CREDENCIAMENTO NO PORTAL DE COMPRAS

10.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de senha pessoal (intransferível) e credenciamento dos seus representantes na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no cadastro no portal <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

10.1.1. O registro no [compras.gov.br](https://www.gov.br/compras), o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema [compras.gov.br](https://www.gov.br/compras).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

10.1.2. O registro no [Compras.gov.br](https://www.gov.br/compras/pt-br) é gratuito. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos para a inscrição no cadastro, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso estão disponíveis no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

10.2. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante. Em caso de perda ou quebra do sigilo da senha de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento por meio do sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

10.3. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.

10.4. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

10.5. Para participação nesta licitação e fruição do benefício de habilitação com irregularidade fiscal e trabalhista previsto no subitem 17.1.2, a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual que preencha as condições estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, deverá constar no registro da licitante junto ao SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

11.1. À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

11.2. A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

a) fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, a sessão pública poderá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;

b) durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelos licitantes continuará até o término do período estabelecido no Edital.

11.3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.

12.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 16.1.1. e 16.11.1. deste Edital.

12.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

12.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

12.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.4.5. Cumpre as exigências de reserva, para fins do disposto no inciso XVII do art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021, que atende a reserva de cargos para menor aprendiz e outros previstos, conforme o caso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

12.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

12.6.1. No(s) itens e/ou lote(s) exclusivo(s) para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não”, impedirá o prosseguimento no certame para aquele item;

12.6.2. No(s) itens e/ou lote(s) em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

12.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 12.4. ou 12.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

12.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

12.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

12.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

12.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

12.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

12.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

12.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

12.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

12.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

12.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 12.11., possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

12.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

13.1.1. Valor unitário ou desconto;

13.1.2. Marca/Modelo ou procedência, se houver;

13.1.3. Fabricante, se houver;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

13.1.4. Quantidade cotada.

13.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

13.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

13.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

13.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

13.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

13.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

13.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

14.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

14.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

14.4.1. No decorrer da etapa de lances, os proponentes serão informados pelo sistema eletrônico:

14.4.1.1. Dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;

14.4.1.2. Do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

14.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor do ITEM**.

14.5.1. Conforme especificações do sistema operacional, a etapa de lances sempre acontece por ITEM e os lances deverão ser enviados sempre por VALOR UNITÁRIO.

14.5.2. ITEM 01 – VALOR UNITÁRIO MENSAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE LOCAÇÃO.

14.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

14.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

14.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será de, aproximadamente, 0,5% (meio por cento).

14.8.1. A previsão obrigatória de intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais se fundamenta no [artigo 22, § 1º, da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

LIMITE MÍNIMO DE REDUÇÃO POR ITEM, EM RELAÇÃO À PROPOSTA DE MENOR PREÇO E/OU AO DO ÚLTIMO LANCE OFERECIDO:

ITEM	REDUÇÃO EM R\$
1	R\$ 69,00 (sessenta e nove reais)

14.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

14.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado. No modo de disputa aberto, a fase de lances resume-se à disputa eletrônica, realizada por todos os licitantes, oportunidade em que os valores são registrados pelo sistema e o lance vencedor é aquele que contém o melhor preço, obtido no encerramento da sessão.

14.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

14.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

14.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

14.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

14.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

14.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

14.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado. No modo de disputa “aberto e fechado” inicia-se com a apresentação de lances sucessivos (fase aberta), com envio final de um lance fechado pelos detentores das melhores propostas da fase aberta (fase fechada).

14.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **15 (quinze) minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

14.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

14.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações. No modo de disputa fechado e aberto, serão classificados para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances públicos e sucessivos, o licitante que apresentou a proposta de menor preço ou maior percentual desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

14.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 14.13., poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

14.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

14.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

14.3.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

14.3.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

14.3.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

14.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

14.14.1. A etapa de lances será considerada encerrada, findo o período de duração para o modo de disputa estabelecido no edital.

14.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

14.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

14.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos, a sessão pública poderá ser suspensa** e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro horas)** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

14.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

14.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

14.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

14.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

14.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP

ESTADO DE SÃO PAULO

**Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações**

14.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

14.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

14.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

14.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

14.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

14.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.21.2.1. Empresas brasileiras;

14.21.2.2. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.21.2.3. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

14.21.3. Caso o empate persista após a observância dos critérios de desempate de que trata o caput do art. 60 e diante da insuficiência ou inaplicabilidade factual da ordem de preferência instituída no § 1º, será promovido sorteio público entre os licitantes empatados.

14.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

14.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

14.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 01 (um) dia útil, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

14.22.4.1. O prazo estabelecido no subitem 14.22.4, poderá ser aumentado:

a) caso a Administração entenda pertinente, conforme [art. 29, § 2º, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

b) a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes do findo o prazo.

14.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

14.23.1. A aceitabilidade dos preços será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante.

14.23.2. Nas contratações de valor total estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o processo licitatório será destinado à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, salvo nos casos previstos no art. 30 da Lei Municipal 7.238/2019.

14.23.3. Em sendo a licitação deserta ou fracassada o processo poderá ser repetido, não havendo a obrigatoriedade de participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte.

14.23.4. Nas contratações estimadas com valor total superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a Administração Pública Municipal deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento), reservada à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, salvo nos casos previstos no art. 30 da Lei Municipal 7.238/2019.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

14.23.4.1. As propostas para ambas as cotas serão abertas e negociadas simultaneamente, se possível, e, nos demais casos, sequencialmente, sendo apurado o melhor preço em primeiro lugar em relação à cota de ampla concorrência (cota principal);

14.23.4.2. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota de ampla concorrência (cota principal), ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota de ampla concorrência (cota principal);

14.23.4.3. Se a mesma pessoa jurídica vencer a cota reservada e a cota de ampla concorrência (cota principal), a contratação do objeto será pelo menor valor obtido na licitação;

14.23.4.4. O preço ofertado para a cota reservada, não poderá ser superior ao menor preço apurado para a cota de ampla concorrência (cota principal);

14.23.4.5. Tratando-se de licitação na modalidade pregão, a negociação deverá ser retomada nos termos do subitem 14.23.4.2, após ser constatada a ausência de vencedor na cota reservada, considerando-se a alteração do quantitativo a ser contratado.

14.23.5. A previsão editalícia de cota reservada não impede a incidência das regras de preferência na contratação previstas no art. 33 da Lei Municipal 7.238/2019, na cota de ampla concorrência (cota principal).

14.24. Após o julgamento da proposta, o pregoeiro solicitará ao licitante que no prazo de 01 (um) dia útil, envie no campo próprio do sistema, os documentos relativos à habilitação solicitados na Cláusula Décima Sétima deste Edital.

14.24.1. O pregoeiro poderá exigir no início, meio ou fim da sessão pública que o licitante envie, no prazo previamente estipulado, documento(s) fixado(s) no edital, indispensável para o bom desempenho da sessão e/ou comprovação dos requisitos exigidos.

14.24.2. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar aos licitantes os esclarecimentos que julgar necessários.

14.24.3. Se o licitante detentor da melhor oferta deixar de cumprir a obrigação estabelecida neste item, sua proposta não será aceita pelo Pregoeiro.

14.24.4. Posteriormente, **se necessário**, os mesmos documentos **apresentados no Sistema compras.gov.br**, deverão ser encaminhados em originais ou cópias autenticadas **no prazo de 04 (quatro) dias úteis**, contados a partir da solicitação do pregoeiro. **O endereço para entrega do original ou cópia autenticada é o seguinte:**

Prefeitura Municipal de Bauru - Rua Rio Branco, 5-05 – Centro – Bauru/SP - CEP 17010-190
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e Licitações – 1º andar
Ref. Processo nº 87.530/2025.
A/C Pregoeira: Karla Costa Julich

14.24.5. A assinatura eletrônica aposta nos documentos deverá ser emitida mediante utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil.

14.24.6. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da legislação vigente, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

14.24.7. Todos os documentos apresentados com assinatura eletrônica, deverão ter confirmadas na internet sua validade e autenticidade.

14.25. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação e da proposta no prazo estabelecido nos subitens 14.22.4, 14.24 e 14.24.4., poderá acarretar nas sanções previstas na lei de licitações, podendo o(a) Pregoeiro(a) (Coordenador(a)) convocar a empresa que apresentou a proposta ou lance subsequente.

14.26. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) (Coordenador(a)) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. Também nessa etapa o(a) Pregoeiro(a) (Coordenador(a)) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

14.27. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

14.28. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA FASE DE JULGAMENTO E DA PROPOSTA ESCRITA

15.1. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

15.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 8.6. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

15.2.1. SICAF;

15.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e

15.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

15.3.1. A recomendação de consulta a esses cadastros se dá à luz do [§ 4º do art. 91, da Lei nº 14.133, de 2021](#), sem prejuízo da possibilidade, a critério do órgão respectivo, de consulta complementar a outros cadastros análogos, tais como os mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU ou Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

15.3.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

15.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

15.5. **Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, nos termos da legislação vigente.**

15.5.1. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado pela Administração para a presente contratação, observado o disposto no [art. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

15.6. Na proposta escrita, deverá conter:

- a) Prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais. Caso não conste prazo de validade expresso, este será considerado como sendo de 60 (sessenta) dias;
- b) Especificação completa do serviço ofertado conforme descrito no Anexo I e III deste Edital;
- c) Preço unitário e total do item e do lote (incluindo custos, frete, tributos, etc.) em moeda corrente nacional, em algarismo ou por extenso, apurado à data de sua apresentação. Em caso de dúvida entre o valor unitário e total, prevalecerá o unitário;
- d) Data e assinatura do Representante Legal da proponente;
- e) Dados do banco, agência e conta corrente do licitante participante;
- f) Dados (nome, RG e CPF) do representante legal da empresa, designado para eventual e posterior assinatura do Contrato ou da Ata de Registro de Preço e como gestor da mesma, juntando ainda instrumento de mandato, se for o caso, do Contrato ou da Ata de Registro de Preços a ser assinado por procurador com poderes para tanto;
- g) Condições de pagamento, conforme item 20.1 do edital;

15.7. Serão desclassificadas as propostas que:

- 15.7.1. Contenham mais de 02 (duas) casas decimais em seus valores unitários;
- 15.7.2. Sejam incompletas, isto é, não contenham informações suficientes que permitam a perfeita identificação do material licitado;
- 15.7.3. Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou da legislação em vigor;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e Licitações

- 15.7.4. Sejam manifestamente inexequíveis ou apresentem preços acima dos praticados no mercado ou com taxas excessivas, por decisão do Pregoeiro (Coordenador), com base nas pesquisas de preço anexas aos autos;
- 15.7.5. Não estarem assinadas pelo representante legal da empresa;
- 15.7.6. Contiver vícios insanáveis;
- 15.7.7. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Edital;
- 15.7.8. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 15.7.9. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 15.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 15.8.1. Se for o caso, a inexecuibilidade na hipótese de que trata o caput, só poderá ser considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 15.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 15.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 15.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 15.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e,
- 15.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 15.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 15.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 15.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 15.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 15.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 15.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 15.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 15.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 15.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela licitante vencedora, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 15.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

15.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

15.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

15.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

15.14. Caso o edital exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado neste instrumento, sob pena de não aceitação da proposta.

15.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

15.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

15.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

15.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA FASE DE HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos de habilitação, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

16.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

16.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

16.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

16.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada ou na forma disciplinada nos subitens 14.24 e 14.24.4.

16.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

16.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, nos termos do [art. 63, inc. I, da Lei nº 14.133/2021](#).

16.7.1. A declaração de atendimento aos requisitos de habilitação é obrigatória, nos termos do [artigo 18, §2º, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

16.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

16.8.1. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

16.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

16.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaís quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir, nos termos da [IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#).

16.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, nos termos da [IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#).

16.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, nos termos da [IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#).

16.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

16.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, **01 (um) dia útil**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

16.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

16.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

16.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

16.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

16.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do [art. 64 da Lei 14.133/21](#) e do [art. 39, §4º da IN 73/2022](#):

16.13.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

16.13.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

16.14. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 16.11.1.

16.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

16.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

17.1. Para habilitação no certame, o interessado deverá satisfazer os requisitos necessários na forma da legislação vigente. Será exigida a apresentação dos seguintes documentos, no original ou em cópia autenticada, na forma da lei:

17.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

17.1.1.1. CAPACIDADE JURÍDICA (art. 66 da Lei Federal nº 14.133/21)

a) Certificado ou Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de Microempresário Individual, Empresário Individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI;

b) Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social), acompanhado das alterações posteriores, no caso de inexistência de Contrato consolidado, devidamente arquivado no Registro de Empresas, em se tratando de Sociedades Empresariais, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado da ata arquivada da assembleia da última eleição da diretoria e no caso de Sociedades Simples, acompanhado de alterações e prova de diretoria em exercício. **O contrato social deverá estar de acordo com a Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil) e também deverá estar de acordo com a Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14.**

c) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

17.1.2. REGULARIDADE FISCAL (art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21)

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União (CND) ou Certidão Positiva de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União (CPD), com os efeitos negativos;

d) Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de débito, referente ao ICMS, com a Fazenda Estadual;

e) Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de débito Mobiliário com a Fazenda Municipal;

f) Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os efeitos negativos. [site - http://www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao).

17.1.2.1. As microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual deverão apresentar toda a documentação requerida, mesmo que apresente qualquer restrição à sua regularidade fiscal e/ou trabalhista (subitem 17.1.2. do edital), a fim de que possa ser aplicado o disposto do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, alteradas pelas Leis Complementares nº 128/2008 e 147/2014;

17.1.2.1.1. Havendo restrição regularidade fiscal e/ou trabalhista da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa, conforme o art. 43 § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pelas Leis Complementares nº 128/2008 e 147/2014;

17.1.2.1.2. A não regularização da documentação, no prazo fixado acima, implicará decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal 14.133/21, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem da classificação, para a assinatura do Contrato ou revogar a licitação.

17.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA (art. 69 da Lei Federal nº 14.133/21)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

a) **Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Estes documentos deverão conter assinaturas dos sócios e do contador responsável;

b) Demonstração pelo proponente da boa situação financeira da empresa que será baseada na obtenção do índice de Solvência Geral (SG) igual ou maior a 01 (um), calculado e comprovado através das seguintes fórmulas:

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

b.1) Somente serão habilitadas as licitantes que tiverem índice de solvência (S) igual ou maior a 01 (um), o qual será obtido com base nos dados constantes no balanço apresentado;

a) Fica isento das exigências contidas nas letras “a” e “b”, a empresa optante do sistema simples, sendo que neste caso a empresa deverá apresentar Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS), referente aos 02(dois) últimos exercícios.

d) **Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme previsto no inciso II do artigo 69 da Lei Federal n 14.133/2021, a ser complementada com a Certidão do sistema Eproc, denominada Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau) - Cível; no caso do TJ-SP.**

17.2. OUTRAS COMPROVAÇÕES:

a) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração (**Anexo IV**);

b) Declaração relativa ao cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art. 7º, da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999 (**Anexo V**);

c) Declaração de conformidade (anexo VI);

d) Declaração assinada pelo representante legal da licitante, sob as penas da lei, de isenção ou de não incidência do ICMS, se for o caso e não for apresentada a certidão exigida na alínea “d”, do subitem 17.1.2 do edital;

e) Caso a licitante **seja microempresa ou empresa de pequeno porte** a mesma deverá comprovar tal enquadramento mediante a apresentação de **certidão atualizada expedida pela Junta Comercial**, nos termos do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/07 do DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO – DREI ou outro documento oficial idôneo.

17.3. Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais. Caso a Empresa seja vencedora o Contrato será celebrada e executada pelo estabelecimento que apresentou a documentação.

17.3.1. Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o Futuro Contrato, deverão apresentar toda documentação de ambos os estabelecimentos (referente à habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e técnica).

17.4. A documentação exigida deverá ser apresentada no original ou por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, por publicação em órgão de imprensa oficial ou autenticada por servidor da Administração, mediante a apresentação do respectivo original.

17.5. Todas as certidões deverão estar com seu prazo de validade vigente na data designada para a realização da sessão pública, sendo que será confirmada na Internet a validade e autenticidade das mesmas.

17.5.1. Caso as certidões apresentadas não registrem prazo de validade previamente estipulado pelo órgão emissor, serão consideradas válidas por 06 (seis) meses, contados da data de sua emissão.

17.6. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

17.7. Se a licitante desatender às exigências previstas na Cláusula Décima Sétima, o Pregoeiro (Coordenador) examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, conforme previsto no [art. 164, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

18.1.2. Não serão conhecidas as impugnações apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

18.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.3. A impugnação e/ou pedido de esclarecimento poderão ser realizados na forma eletrônica, diretamente no e-mail do pregoeiro constante no preâmbulo deste edital.

18.3.1. A impugnação ou pedido de esclarecimento também poderão ser encaminhados no seguinte endereço: Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e Licitações – 1º andar, sito na Rua Rio Branco, 5-05 – Centro – Bauru/SP - CEP 17010-190.

18.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro em campo próprio do Sistema [compras.gov.br](#) e/ou no site oficial da Prefeitura de Bauru/SP e/ou nos autos do Processo Administrativo.

18.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO RECURSO ADMINISTRATIVO E DAS CONTRARRAZÕES

19.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

19.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

19.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

19.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

19.3.2. O prazo máximo para a manifestação da intenção de recorrer será de até 30 (trinta) minutos;

19.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

19.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

19.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema [compras.gov.br](#).

19.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

19.7. O prazo para apresentação de contrarrrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

19.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

19.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.10. Os autos do Processo Administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e Licitações – 1º andar, sito na Rua Rio Branco, 5-05 – Centro – Bauru/SP - CEP 17010-190.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

20.1. O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da entrega da nota fiscal na Secretaria Municipal das Fazendas, devidamente atestada, obedecendo à ordem cronológica de sua exigibilidade, mediante ordem bancária através de instituição financeira a ser determinada pela licitante vencedora.

20.2. No caso de atraso no pagamento por parte do Município, haverá a incidência de juros moratórios de 0,5% (cinquenta centésimo por cento) ao mês ou fração, a contar da data prevista para pagamento até o efetivo pagamento.

20.3. O contrato não sofrerá qualquer tipo de alteração em seu valor, ressalvadas as hipóteses previstas no [art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

20.4. Não serão aceitas propostas com pagamento antecipado ou contra entrega e ainda, não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas.

20.5. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado, em 05/12/2025.

20.6. Após o interregno de 01 (um) ano e a pedido da licitante vencedora, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

20.7. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros, do último reajuste;

20.8. No caso de atraso ou não divulgação dos índices de reajustamento, o contratante pagará ao contratado, a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

20.9. Nas aferições finais, os índices utilizados para reajuste serão obrigatoriamente os definitivos;

20.10. Caso os índices estabelecidos para o reajustamento venham a ser extintos, ou de qualquer forma não possam mais serem utilizados, será adotado em substituição, os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor;

20.11. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

20.12. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO, DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E RESCISÃO CONTRATUAL

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

21.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto no art. 155, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021;

21.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, conforme previsto no art. 155, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato, conforme previsto no art. 155, inciso III da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame, conforme previsto no art. 155, IV da Lei Federal nº 14.133/2021;

21.1.4.1. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, conforme previsto no art. 155, V da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

- d) Deixar de apresentar amostra;
- e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

21.1.5. Não celebrar o contrato/ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme previsto no art. 155, VI da Lei Federal nº 14.133/2021;

- a) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato/ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- b) Recusar-se, sem justificativa, a aceitar ou retirar o contrato, ata de registro de preços ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

21.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, conforme previsto no art. 155, inciso VII da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato/ata de registro de preços, conforme previsto no art. 155, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021;

21.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/ata de registro de preços, conforme previsto no art. 155, inciso IX da Lei Federal nº 14.133/2021;

21.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, conforme previsto no art. 155, inciso X da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

21.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, conforme previsto no art. 155, inciso XI da Lei Federal nº 14.133/2021;

21.1.11. Praticar ato lesivo, conforme previsto no art. 155, inciso XII da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.2. Com fulcro no [art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência ao responsável pela infração administrativa prevista no subitem 21.1.1, bem como inciso I do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa calculada no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ao responsável pelo cometimento das infrações administrativas previstas nos subitens 21.1.1 a 21.1.11, bem como no artigo 155 da Lei Federal 14.133/2021;
- c) Impedimento de licitar e contratar e ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 21.1.2 a 21.1.6, bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá ao responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta deste ente federativo pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 21.1.7 a 21.1.11, e nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas no subitem 21.1.2 a 21.1.6, e incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na alínea c9, subitem 21.2 desta cláusula, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

21.3. O atraso injustificado na execução do contrato/ata de registro de preços sujeitará o contratado/compromissário a multa de mora, em atendimento ao previsto no artigo 162 caput da Lei Federal nº 14.133/2021, calculado sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP

ESTADO DE SÃO PAULO

**Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações**

b) 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) dia, sendo aplicada em acréscimo à do inciso I, estando limitado a 20% (vinte por cento)

c) Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contato, conforme o caso.

21.3.1. Os prazos referidos nas alíneas a, b e c deste subitem considerarão dias corridos.

21.3.2. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto artigo 162, parágrafo único da Lei Federal nº 14.133/2021

21.4. Na aplicação das sanções serão considerados, conforme previsto no §1º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

21.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

21.4.2. As peculiaridades do caso concreto

21.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

21.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

21.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da comunicação oficial.

21.6. As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme previsto no § 7º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Federal nº 14.133/2021);

b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis foram superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Município a licitante vencedora além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente, à penalidade de multa.

21.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 21.1.2 à 21.1.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme previsto no §4º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021

21.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas descritas nos itens 21.1.2 ao 21.1.11, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo mínimo de 3(três) anos e máximo de 6(seis) anos, conforme previsto no §5º do [art. 156 da Lei n.º 14.133/2021](#)

21.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrito nos subitens 21.1 e 21.1.1, se amolda na infração constante no subitem 22.1.5 e caracterizará o destruímento total da obrigação assumida e sujeitará as penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Administração.

21.11. Apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, conforme estabelece o [art. 158, §1º da Lei 14.133/2021](#).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP

ESTADO DE SÃO PAULO

**Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações**

21.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, conforme previsto nos artigos 157 e 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento, conforme previstos nos 157 e 158 da Lei Federal nº 14.331/2021.

21.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

21.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DA CONTRATAÇÃO

22.1. A adjudicatária deverá assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis da convocação feita pelo Diretoria de Documentos Públicos - DDP, sob pena de decair do direito de contratação e incidir na multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total de sua proposta, além de sujeitar-se a outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

22.2. Quando a adjudicatária não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas, será convocada outra licitante na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente, com vistas à celebração da contratação.

22.3. O Município poderá, a qualquer tempo, e sem necessidade de adoção de qualquer outra providência na esfera judicial, rescindir a avença, ao amparo e na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, estando asseguradas, em quaisquer hipóteses, as garantias constitucionais ao contraditório, à ampla defesa e ao devido processo legal.

22.4. Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante Receita Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Trabalhista estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

21.5. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar as exigências referidas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: ÓRGÃO GERENCIADOR, ÓRGÃO PARTICIPANTE E GESTORES DO CONTRATO

23.1. O Município designa como ÓRGÃO GERENCIADOR deste contrato, a Secretaria Municipal de Infraestrutura, que terá a incumbência de efetuar a prática de todos os atos de controle e gerenciamento deste contrato.

23.2. O Município de Bauru designa como gestores e fiscais os seguintes servidores:

23.2.1 Gestor titular: Sr. Jaime Tadeu Antunes dos Santos;

23.2.2. Gestor suplente: Sr. Daniel Sanches Donato;

23.2.3. Fiscal titular: Sra. Ana Rosa Damasceno e Souza;

23.2.4. Fiscal suplente: Sra. Camila Rocha Coelho Mariano;

23.4. A licitante vencedora, designa como Gestor do Contrato, o Sr(a). _____, portador do RG nº _____ e CPF nº _____, conforme constante na sua Proposta de Preços, que é parte integrante deste documento.

23.5. Ao(s) gestor(es) por parte do Município, além das atribuições previstas no Decreto Municipal nº 16.666/2023, compete:

23.5.1. Assegurar-se quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

23.5.2. Zelar, pelos demais atos da Adjudicatária, relativos ao cumprimento das obrigações assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais.

23.5.3. Informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa da Adjudicatária em atender as condições estabelecidas no edital, quanto às divergências relativas ao fornecimento dos produtos ou as características e origem dos sistemas registrados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

24.2. O Pregoeiro, ou autoridade superior, poderá em qualquer fase do pregão eletrônico promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

24.3. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

24.4. Os casos não previstos neste Edital e seus Anexos serão decididos pelo Pregoeiro, nos termos das normas pertinentes às Licitações e Contratos, conforme Lei Federal 14.133/2021 e ulteriores alterações.

24.5. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o Pregoeiro (Coordenador) porventura julgar necessários.

24.6. A participação nesta licitação implica a aceitação integral e irrevogável das normas deste Edital e seus Anexos e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem.

24.7. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a) (Coordenador)(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

24.8. Não serão levadas em consideração, vantagens não previstas neste Edital. No caso de alteração em pontos essenciais deste Edital e seus Anexos, dentro do prazo estabelecido para o início da abertura das propostas, este será prorrogado e as modificações terão a mesma divulgação do texto anterior, ou a licitação será revogada e realizada novamente em outra oportunidade.

24.9. A posição adotada pelo Pregoeiro (Coordenador), face à dúvida suscitada, será encaminhada aos licitantes e vale para todos, como se parte integrante fosse deste Edital, sujeitando-os indistintamente.

24.10. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município de Bauru/SP.

24.11. É vedado ao servidor dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, inclusive Fundações instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público, participar como licitante, direta ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa, dos procedimentos licitatórios disciplinados na legislação vigente.

24.12. A documentação apresentada para fins de habilitação da licitante vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.

24.13. Fica eleito o foro da Comarca de Bauru/SP, com renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, para dirimir as questões suscitadas da interpretação desta licitação, sua Ata e demais atos deles decorrentes.

24.14. As notificações exigidas por lei serão publicadas na Imprensa Oficial do Município de Bauru/SP.

24.15. Não poderá a licitante vencedora ceder, transferir, caucionar ou utilizar o Contrato objeto da presente licitação, sem prévia e expressa autorização do Município.

24.16. Correrão por conta e risco da licitante vencedora todas as despesas, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, conforme previsto no [art. 121, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP

ESTADO DE SÃO PAULO

**Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações**

- 24.17. No mesmo prazo fixado no item 21.1, a adjudicatária deverá assinar o Termo de Ciência e Notificação (Anexo VII), em cumprimento a Resolução n. 08/2004 do Tribunal de Contas do Estado.
- 24.18. A licitante vencedora se obriga a manter, durante todo o Contrato, as condições de habilitação exigidas no certame licitatório.
- 24.19. A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, observado o devido processo legal, e implicará, também, o afastamento da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.
- 24.20. A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.
- 24.21. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 24.22. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 24.23. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 24.24. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.25. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 24.26. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 24.27. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 24.28. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 24.29. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico: <https://www2.bauru.sp.gov.br/administracao/licitacoes/>.
- 24.30. Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos sobre este Pregão junto a Gerência de Compras e Licitações – 1º andar, sito na Rua Rio Branco, 5-05 – Centro – Bauru/SP - CEP 17010-190.
- 24.31. A licitante vencedora deverá emitir nota fiscal e fatura correspondente a cada entrega.
- 24.31.1. Na nota fiscal deverá constar Prefeitura Municipal de Bauru, Praça das Cerejeiras, 1-59, CNPJ nº 46.137.410/0001-80, número do empenho e número do contrato.

Gerência de Compras e Licitações, 29 de abril de 2026.

Cristiano Ricardo Zamboni
Secretário Municipal da Administração

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CONTROLE DE ACESSO DE COLABORADORES, VISITANTES E VEÍCULOS DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE (CATRACAS E CANCELAS ELETRÔNICAS), NAS DEPENDÊNCIAS DO PRÉDIO ADMINISTRATIVO SITO A RUA WENCESLAU BRAZ, Nº. 8-08 – VILA SOUTO. A EMPRESA TAMBÉM SERÁ RESPONSÁVEL PELA INSTALAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS, SOFTWARE DE GESTÃO DE ACESSO (CARTÃO MIFARE), TREINAMENTO DE USO E SUPORTE TÉCNICO, GARANTINDO A SEGURANÇA E A EFICIÊNCIA DOS SISTEMAS DE CONTROLE DE ACESSO, PELO PERÍODO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES.

2. JUSTIFICATIVA

Diante da necessidade de reforçar a segurança dos servidores e do patrimônio público, será implementado um sistema de controle de acesso no prédio administrativo localizado na Rua Wenceslau Braz, nº. 08-08 – Vila Souto, que abriga diversas secretarias municipais. A medida visa restringir o acesso apenas aos servidores e pessoas previamente autorizadas, devido à intensa circulação de usuários externos, o que representa riscos à segurança. Com isso, espera-se garantir maior controle, organização no fluxo de pessoas e um ambiente de trabalho mais seguro e eficiente para o desenvolvimento das atividades institucionais.

3. ESPECIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE LOCAÇÃO E EQUIPAMENTOS

3.1. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO/MODELO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

- 3.1.1. A prestação desse serviço será realizada por meio da locação de equipamentos de controle de acesso, incluindo: instalação da infraestrutura eventualmente necessária e instalação dos equipamentos e sistemas propriamente ditos, incluindo as manutenções preventiva e corretiva de todo o sistema.**
- 3.1.2. A contratação deverá contemplar todos os serviços, materiais e peças necessários para manutenção preventiva e corretiva das catracas e cancelas, instalação e remoção de equipamentos, incluindo elaboração e implementação do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devendo disponibilizar equipe técnica qualificada para a execução dos serviços.
- 3.1.3. Os equipamentos deverão ser entregues e instalados, ativados e testados, em perfeito funcionamento, nos locais indicados, durante o horário de funcionamento das secretarias, sem qualquer custo adicional, deverá a contratada organizar com a contratante o roteiro das instalações dos equipamentos, com início em no máximo 30 (trinta) dias úteis após a assinatura do contrato.
- 3.1.4. É de responsabilidade da CONTRATADA a implementação total do sistema, incluindo fornecimento de todos os materiais, equipamentos, instrumentos, software e outros componentes necessários para seu pleno funcionamento.

- 3.1.5. Caso o software não esteja integrado com o hardware existente, a contratada deverá realizar a integração no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da ordem de serviço, garantindo o pleno funcionamento e comunicação de todo o sistema de acesso. O descumprimento implicará aplicação das penalidades previstas no contrato, conforme a Lei nº 14.133/2021.
- 3.1.6. Não serão aceitos produtos que não apresentem as características estabelecidas no item 3.1, 3.2, e 3.3 deste Termo de Referência;
- 3.1.7. Os equipamentos deverão ser de boa qualidade, sendo os mesmos inspecionados no momento de sua entrega;
- 3.1.8. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, não aceitando, em hipótese alguma, produtos manufaturados/ reconicionados.
- 3.1.9. Do fornecimento de peças e acessórios:
- 3.1.9.1. A CONTRATADA deve responsabilizar-se pela retirada do material sucateado, danificado, substituído, inclusive suas embalagens, resultante das operações de manutenção, responsabilizando-se também pelo descarte, obedecidas as legislações ambientais vigentes.
- 3.1.9.2. O serviço de reparo técnico e/ou corretiva e respectiva substituição das peças necessárias deverão ser realizados, no prazo máximo de **01 (um) dia útil**, após abertura do chamado, pelo fiscal do contrato, podendo esse prazo ser prorrogado mediante solicitação da CONTRATADA, acompanhada da justificativa quanto à inviabilidade de cumprimento do prazo e informação quanto ao prazo necessário.
- 3.1.10. Para instalação ou remoção dos equipamentos, quando necessário, a CONTRATADA deverá fazer a recomposição de forros, pisos, rebocar e pintar a parede no lugar que foi quebrado na cor padrão do ambiente, reparar o telhado e sua vedação, de forma a não permitir infiltração de água da chuva, uma vez que fará parte da garantia dos serviços.
- 3.1.11. Inclui os serviços de adequação de equipamentos, de montagem, de instalação e testes, inclusive obras civis, se houver, independente do porte da obra, como furos técnicos, construção de suportes, embutir tubulações, montar infraestrutura aparente, pintura. Devendo toda a instalação e adequação ser aprovada pelo Gestor do contrato seguindo orientações da equipe técnica designada pelo mesmo.
- 3.1.12. Deverá ser responsável por toda a parte elétrica necessária para a instalação, conforme padrão da Prefeitura, seguindo normas vigentes, com circuito exclusivo e dimensionado para os equipamentos.
- 3.1.13. A CONTRATADA ainda deverá ser responsável por toda a parte de infraestrutura de redes, assim como cabeamento homologado pela Anatel, conexões, montagem de infraestrutura embutida ou aparente em ferro zincado, pois a CONTRATADA deverá montar infraestrutura que conduza o cabeamento de redes até o rack de TI e se necessário inserir ativos de redes para o funcionamento adequado dos equipamentos na rede. A empresa deverá seguir os padrões de instalação da Prefeitura Municipal de Bauru.
- 3.1.14. Toda a parte de interligação lógica será de responsabilidade da CONTRATADA e deverá seguir as regras e padrões da estrutura de redes da Informática da Prefeitura.
- 3.1.15. Deverá ser realizada as Manutenções Preventivas e Corretivas, com fornecimento de todas as peças necessárias, nas cancelas e catracas, assim como no software.
- 3.1.16. A Manutenção Técnica Preventiva contempla os serviços efetuados para manter os equipamentos funcionando em condições normais, tendo como objetivo diminuir as possibilidades de paralisação, compreendendo: manutenção do bom estado de conservação, substituição ou reparo de pequenos componentes que comprometam o bom funcionamento, modificações necessárias com objetivo de atualização dos aparelhos, limpeza, regulagem, inspeção, calibração e simulação de testes mecânicos e eletroeletrônicos em todo sistema interno e externo, entre outras ações que garantam que o conjunto dos equipamentos esteja em permanente condição de operação.

- 3.1.16.1. Manutenção Técnica Preventiva deverá ser realizada a cada 03 (três) meses, a fim de manter os equipamentos sempre em boas condições de uso.
- 3.1.16.2. A Manutenção Corretiva contempla os serviços de reparos com a finalidade de eliminar todos os defeitos existentes nos equipamentos identificados, por meio de diagnóstico, bem como da correção de anormalidades, da realização de testes e regulagens que sejam necessárias para garantir o retorno do equipamento às condições normais de funcionamento e, também, na substituição do equipamento sem que haja prejuízo ao funcionamento do sistema. O prazo máximo até **01 (um) dia útil** da abertura do chamado.
- 3.1.16.3. A manutenção corretiva é aquela efetuada após a ocorrência de alguma falha do equipamento, será realizada sempre que necessário, a fim de restabelecer o pleno funcionamento do equipamento. A manutenção corretiva consistirá em reparar todo e qualquer defeito mecânico ou elétrico que venha a ocorrer durante a vigência do contrato de locação.
- 3.1.16.4. As atividades de manutenção deverão ser realizadas por pessoas devidamente capacitadas e treinadas.
- 3.1.17. Todas as informações referentes à manutenção deverão ser registradas e documentadas, contendo a descrição do sistema, do problema, ações realizadas, tipo e quantidade de peças utilizadas, identificação do mantenedor, data e hora da intervenção, e outras informações que forem pertinentes.
- 3.1.18. Todo o procedimento de manutenção nos equipamentos deverá ser realizado nas dependências da contratante, em local a ser determinado pelo setor responsável pela manutenção predial, salvo exceções devidamente autorizadas.
- 3.1.19. Caberá à Contratada manter o sistema em perfeitas condições de uso durante todo o período de duração do contrato, comprometendo-se a reparar ou substituir, se for o caso, os acessórios ou componentes que apresentarem falhas e que não caracterizarem perda das funções básicas do sistema.
- 3.1.20. Nesse caso, as falhas constatadas deverão ser sanadas de imediato, observando prazos razoáveis e tecnicamente admitidos, ou aqueles previstos nos editais, termos de referência, contratos e/ou acordos de nível de serviço.
- 3.1.21. Na ocorrência de falhas que resultarem em perda das funções básicas, a Contratada deverá obrigatoriamente providenciar, conforme especificado nas cláusulas contratuais, de **imediato**, o restabelecimento do sistema, inclusive em horários noturnos e aos sábados, domingos e feriados.
- 3.1.22. A Contratada deverá comunicar ao Gestor do Contrato todas as ocorrências nos equipamentos instalados, que possam comprometer ou não os serviços.
- 3.1.23. A Contratada deverá elaborar e entregar ao Contratante, após a execução de cada manutenção corretiva, um relatório do serviço prestado, devidamente preenchido e assinado.
- 3.1.24. A Contratada deverá manter em sigilo, sob as penalidades da lei, dados e informações de propriedade do Contratante, a menos que expressamente autorizada a divulgação por escrito.
- 3.1.25. É de responsabilidade exclusiva da Contratada o fornecimento dos insumos, materiais e acessórios necessários para a plena condição de operação dos equipamentos, sendo que o fornecimento deverá ser suficiente para manter a continuidade da prestação de serviços.
- 3.1.26. Todos os custos de instalação, bem como todos os equipamentos, materiais e infraestrutura necessária devem ser fornecidos pela Contratada. Eventuais exceções, para utilização de infraestrutura existente nos endereços, deverão ser analisadas e aprovadas pelo Contratante.
- 3.1.27. Serão de inteira responsabilidade da Contratada a guarda e a manutenção de equipamentos e/ou materiais de sua propriedade que sejam colocados para uso durante a execução dos serviços.
- 3.1.28. Se forem detectadas falhas e ou defeitos nos equipamentos durante as inspeções, deverão ser solucionadas e reparadas logo em seguida, mediante autorização da CONTRATANTE.

- 3.1.29. Em todos os casos, a equipe de manutenção deverá comunicar o CONTRATANTE e obter a autorização para prosseguir com as atividades de manutenção.
- 3.1.30. Os procedimentos de inspeção e manutenção devem ser fornecidos e documentados pelo fabricante ou instalador.
- 3.1.31. Atendimento da Assistência Técnica: Prazo de 24 (vinte e quatro) meses. Suporte Telefônico e/ou Online. Cobertura: Horário comercial (08:00 às 17:00) de segunda-feira à Sexta, tempo de atendimento com solução: máximo de 24h (vinte e quatro horas) a partir da abertura do chamado técnico.
- 3.1.32. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.
- 3.1.33. Os serviços deverão atender a todas as normas técnicas aplicáveis, inclusive no que se refere a segurança na execução e especificações do fabricante, a fim de proporcionar qualidade aos serviços, bem como preservar a integridade dos funcionários e a garantia dos equipamentos.
- 3.1.34. O serviço deve contemplar a destinação, de forma ambientalmente adequada, de todos os materiais e equipamentos que foram utilizados ou descartados na prestação de serviços, inclusive as pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.
- 3.1.35. A Contratada deverá prestar serviços eventuais, compreendendo: desinstalação e reinstalação de equipamentos no mesmo local, procedimentos esses decorrentes da alteração interna de layout da unidade; desinstalação e reinstalação de equipamentos em outro local da mesma cidade, em virtude de mudança da unidade; desativação de equipamentos ou do sistema de segurança de alguma unidade.
- 3.1.36. A Contratada deve identificar todos os equipamentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do Contratante.
- 3.1.37. A Contratada, ao final da instalação, deverá providenciar o MEMORIAL DESCRITIVO DE INSTALAÇÃO dos equipamentos, indicando todos os equipamentos instalados, suas especificações, notas técnicas das instalações referentes a interferências arquitetônicas efetuadas para a instalação dos equipamentos e/ou outras medidas ou problemas encontrados. O Memorial Descritivo deverá ser acompanhado dos Catálogos de todos os equipamentos instalados, dos diagramas esquemáticos de instalação e dos AS BUILTs.
- 3.1.38. Operar e agir com organização completa, fornecendo a mão de obra necessária à execução dos serviços objeto do Contrato, realizando, também, todas as atividades inerentes à direção, coordenação, fiscalização, administração e execução dos serviços.
- 3.1.39. Conduzir seus trabalhos em harmonia com as atividades do Contratante, de modo a não causar transtornos ao andamento normal de seus serviços e horários estabelecidos em normas internas, nem quaisquer ônus relativos ao uso de recursos materiais ou humanos.
- 3.1.40. Responsabilizar-se por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas ou vícios pré-existentes nos equipamentos, os quais não implicam corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes ou prepostos. É certo que a regular fiscalização dos serviços pelo Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada.
- 3.1.41. Assumir todas as responsabilidades legais, danos materiais ou pessoais que forem causados a terceiros, seja por atos próprios da Contratada, seja por atos de seus operários ou prepostos, sem que isso venha a reduzir o direito do Contratante de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos trabalhos contratados, por meio do responsável designado para este fim.

- 3.1.42. Relatar ao gestor do contrato toda e qualquer irregularidade observada nos locais de prestação do serviço e que possam representar risco ao patrimônio, à documentação, aos servidores e contribuintes.

3.2. CATRACAS DE ACESSO

A CATRACA DE ACESSO COM LEITOR DE CARTÃO MIFARE E COM BIOMETRIA, TIPO PIVOTANTE. Pode ser integrado a qualquer tipo de controladoras de acesso: Serial, TCP/IP ou Concentradores através de painéis de fixação internos de fácil acesso e rápida manutenção

Deve vir equipado, de fábrica, com **leitor de proximidade para cartões inteligentes sem contato padrão MIFARE Classic 1K – 13,56 MHz**, garantindo compatibilidade com os crachás **atualmente utilizados pela Prefeitura Municipal de Bauru** e flexibilidade para uso futuro. Deve suportar ainda integração com outros tipos e tecnologias de leitura, como leitores tipo slot reader (código de barras ou magnéticos), scanner de código de barras, smart cards, biométricos, entre outros. A compatibilidade de releitura e a disponibilização de biblioteca para integração entre sistemas devem ser fornecidas junto ao equipamento.

- 3.2.1. Possuir estrutura interna em aço de forma a proporcionar maior rigidez, evitar deformações ou torções no equipamento de preferência em aço inox.
- 3.2.2. Barreiras transparentes;
- 3.2.3. Possuir design obedecendo aos conceitos e padrões de ergonomia;
- 3.2.4. Deverá ter cantos arredondados e sem parafusos expostos;
- 3.2.5. Deverá ser resistente à corrosão e intempéries e possibilitar fixação em piso;
- 3.2.6. Suportar impactos e vibrações constantes;
- 3.2.7. Permitir os seguintes modos de operação: passagem simples na direção configurada; passagem bidirecional; passagem livre na direção configurada; e sempre liberada ou sempre travada;
- 3.2.8. Possuir sistema de identificação do sentido de abertura/acionamento do travamento, permitindo o acesso de entrada ou de saída pela mesma passagem;
- 3.2.9. Possuir sistema de passagem com baixa emissão de ruído;
- 3.2.10. O conjunto de catracas fornecidas devem proporcionar um corredor de passagem entre eles, e devem ser configuráveis para vãos conforme item 3.1.21. para atender pedestres, cadeirantes e acessos de carrinhos de transporte;
- 3.2.11. Deverá permitir a instalação lado a lado com outras unidades, permitindo a sua expansão em módulos;
- 3.2.12. Movimento completo das barreiras com pequeno esforço e retorno ao ponto de repouso com travamento automático;
- 3.2.13. Sistema de abertura anti-pânico para que, em caso de emergência ou falta de energia, as barreiras de bloqueio se abram automaticamente. Em caso de emergência ou queda de energia o mecanismo deve desenergizar, não oferecendo resistência a saída do usuário sem leitura da credencial;
- 3.2.14. Comando para liberação de emergência, manter o equipamento aberto quando acionado, podendo ser interligado ao sistema de alarme e incêndio.
- 3.2.15. Avisos sonoros e visuais nos momentos de uso incorreto.
- 3.2.16. Possuir pictogramas audiovisuais laterais e/ou frontais verde/vermelho para indicação de fluxo e de acesso liberado/negado;
- 3.2.17. Deverá possuir proteção para curto-circuito na conexão de alimentação elétrica da catraca e as leitoras e índice de proteção mínimo IP 40;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

- 3.2.18. Deverá possuir porta Ethernet de, no mínimo, 10/100/1000Mbps.
- 3.2.19. **Um conjunto de catracas composto por duas duas passagens e três colunas, que será implantado em um local com dimensão de 2,20 metros, que deverá atender as seguintes dimensões:**
- 3.2.19.1. Uma passagem com dimensão de mínima de 60cm e máxima de 65cm;
 - 3.2.19.2. Uma passagem com dimensão de 90cm (acessível);
 - 3.2.19.3. Altura da catraca: 0,96 a 1,20 cm;
 - 3.2.19.4. Largura da base com dimensão máxima de 0,20cm.

IMAGEM 1 – IMAGEM ILUSTRATIVA DO MODELO, DESCONSIDERAR COTAS

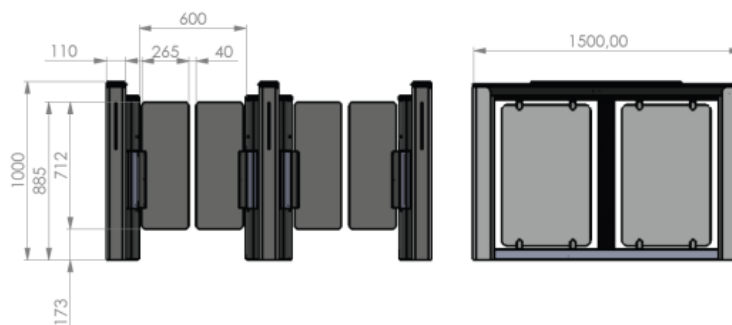


IMAGEM 2 – IMAGEM ILUSTRATIVA EM PERSPECTIVA DO MODELO



- 3.2.20. Alimentação elétrica por fonte bivolt, automática, 127/220VAC
- 3.2.21. Tempo de destrave: Mínimo 0,2s
- 3.2.22. Taxa de passagem: Mínimo de 35 pessoas/min
- 3.2.23. Deverá integrar-se de forma plena, segura e estável, conforme descrito no termo referente ao software de gerenciamento dos equipamentos, o qual deverá permitir o cadastro, edição, bloqueio e exclusão de pessoas, o envio de comandos, configuração remota dos equipamentos, exportação e/ou envio das marcações, consulta dos registros, entre outros, podendo a integração ser nativa ou realizada por API devidamente homologada.

- 3.2.24. Deverá ser fornecido manual de operação impresso e digital, em língua portuguesa, referente ao mesmo modelo e versão do equipamento ofertado;
- 3.2.25. Possuir interface inteiramente em língua portuguesa;
- 3.2.26. Os equipamentos a serem fornecidos pelo licitante vencedor deverão ser novos, não se admitindo em hipótese alguma, a utilização de equipamentos seminovos ou reutilizados.
- 3.2.27. O controle de acesso se dará de forma física, em tempo real, permitindo ou não a passagem (caracterizando acesso físico) de determinado indivíduo ou veículo, de acordo com as informações contidas em base de dados, onde estarão localizadas as informações de controle.
- 3.2.28. O monitoramento e acionamento do sistema de antiesmagamento (sistema este que garante a integridade do usuário mesmo quando identificado uma operação incorreta);

IMAGEM 3 – CROQUI DO LOCAL DE INSTALAÇÃO DA CATRACA, SEM ESCALA

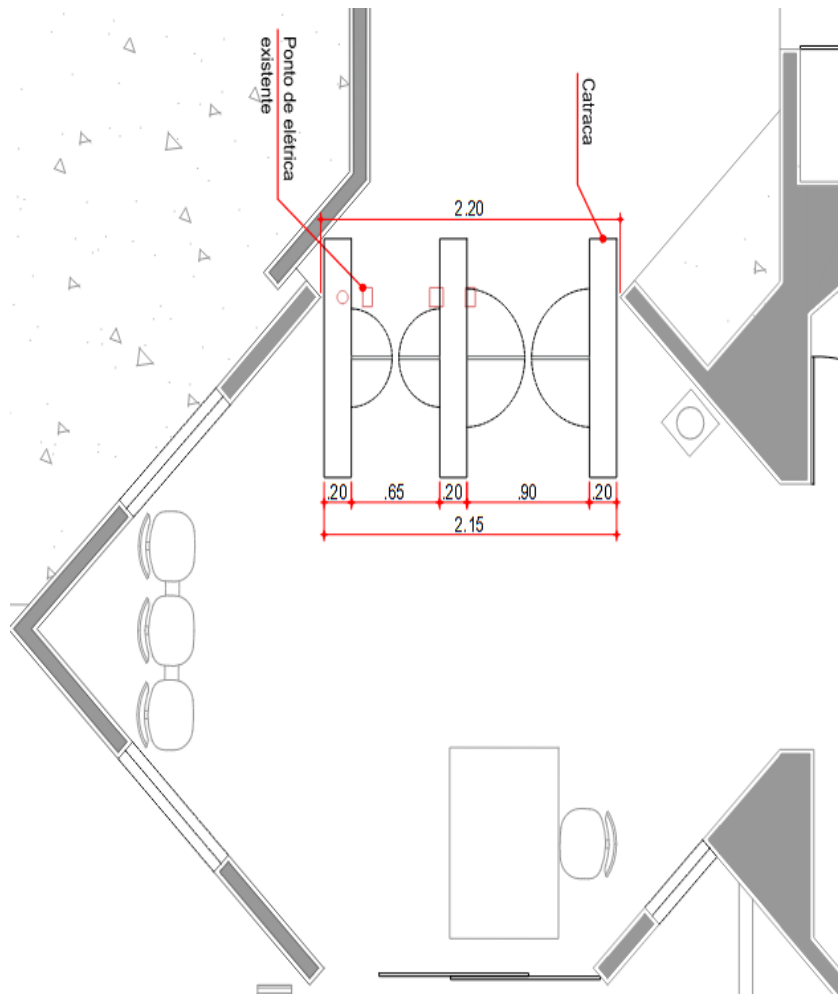


IMAGEM 4 – LOCAL PARA INSTALAÇÃO DAS CATRACAS DE ACESSO



3.3. CANCELAS:

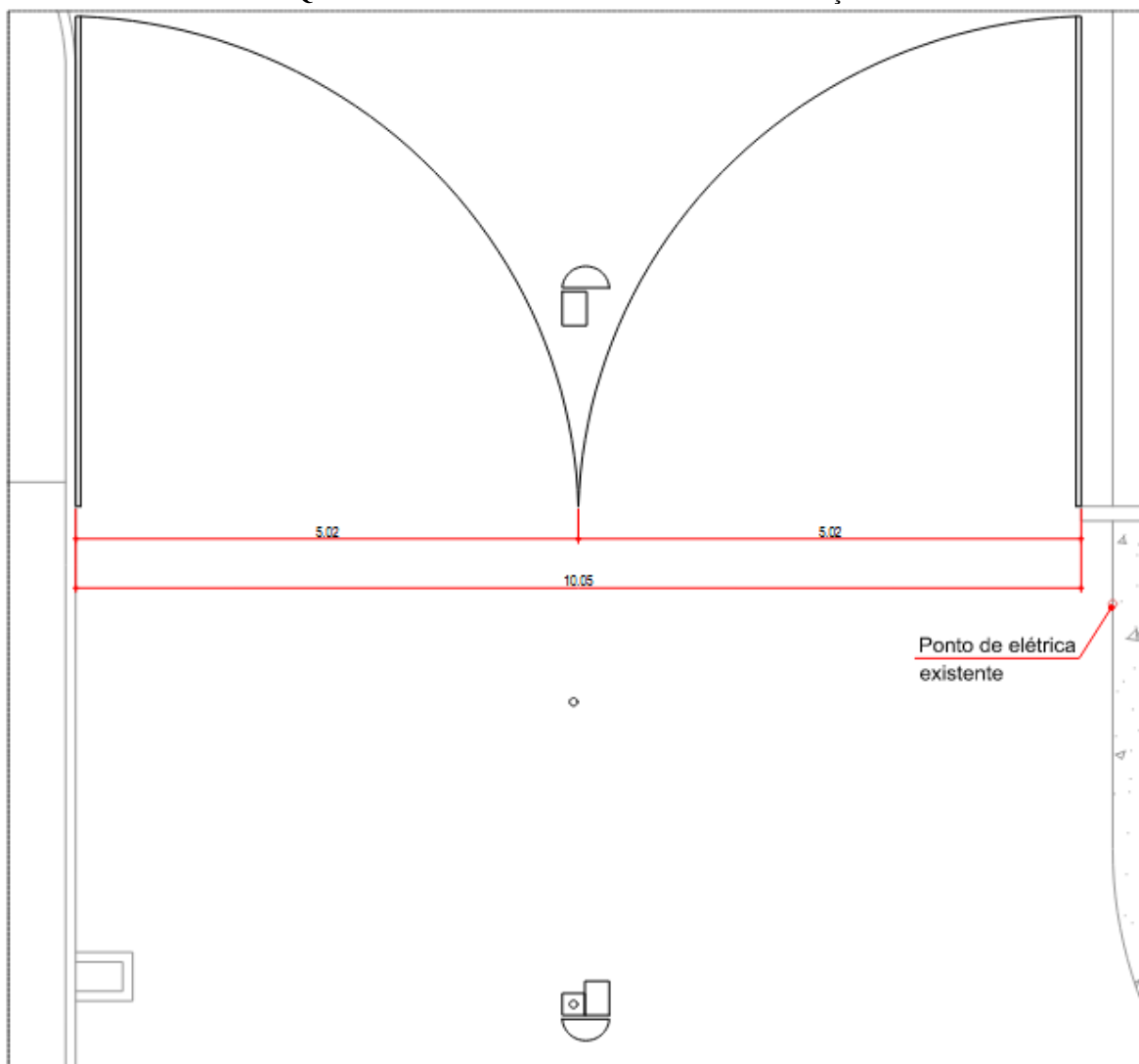
UM CONJUNTO DE CANCELAS ELETRÔNICAS COM BRAÇO , COMPOSTO POR 1(UMA) UNIDADE PARA ENTRADA E 1(UMA) UNIDADE PARA A SAÍDA EQUIPADO COM LEITOR DE CARTÃO MIFARE Classic 1K – 13,56 MHz PARA CONTROLE DE ACESSO DE VEÍCULOS, com quadro de comando entrada para botoeira, fácil abertura em caso de falta de energia, sensor antiesmagamento;

- 3.3.1. Deve vir equipado, de fábrica, com **leitor de proximidade para cartões inteligentes sem contato padrão MIFARE Classic 1K – 13,56 MHz**, garantindo compatibilidade com os crachás **atualmente utilizados pela Prefeitura Municipal de Bauru** e flexibilidade para uso futuro. Deve suportar ainda integração com outros tipos e tecnologias de leitura, como leitores tipo slot reader (código de barras ou magnéticos), scanner de código de barras, smart cards, biométricos, entre outros.
A compatibilidade de releitura e a disponibilização de biblioteca em linguagem **ASP.NET/C#** para integração entre sistemas devem ser fornecidas junto ao equipamento
- 3.3.2. O local onde deverá ser implantado as cancelas tem uma largura total de 10,04 metros, considerando a entrada e saída, devendo a empresa ficar responsável pelo layout de como deverá ser implantado a cancela no local.
- 3.3.3. Permitir o acionamento através de cartão de proximidade.
- 3.3.4. Ao acionar a abertura da cancela a mesma não deverá permitir o fechamento até que o veículo a ultrapasse totalmente;
- 3.3.5. Deverão possuir controle remoto, com alcance de aproximadamente 60 metros e dispositivo de acionamento (botoeira) instalados nas guaritas, para facilitar a liberação da entrada ou saída dos veículos, caso haja necessidade de utilização;
- 3.3.6. Gabinete de aço galvanizado com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

- 3.3.7. Tempo de abertura regulável com limite mínimo de 3 segundos;
- 3.3.8. Haste de alumínio com fitas reflexivas ou do tipo pivotante, com comprimento do braço de 4,3 m;
- 3.3.9. Utilizar tecnologia de Sensor Infravermelho para evitar fechamento das cancelas, durante a passagem dos veículos. Os sensores infravermelhos deverão ser impermeáveis e de alta durabilidade;
- 3.3.10. Na falta de energia os equipamentos deverão funcionar manualmente ou com bateria reserva interna (o cálculo de capacidade da bateria reserva deve ser realizado conforme o Anexo B da ABNT NBR IEC 60839-11-2:2019);
- 3.3.11. Todo o serviço de infraestrutura para instalação das cancelas automáticas/automatizadas será de responsabilidade da CONTRATADA, que deverá prever a retirada de parte da estrutura da edificação, onde serão inseridos eletrodutos para o lançamento dos cabos, fios, conectores e eventual instalação de nova infraestrutura.

IMAGEM 5 – CROQUI COM DIMENSÕES DO LOCAL DE INSTALAÇÃO DAS



CANCELAS

IMAGEM 6 – LOCAL PARA INSTALAÇÃO DA CANCELA



3.4. SOFTWARE

- 3.4.1. Permitir visualização, filtragem, impressão, exportação e armazenamento de registros de acesso, com filtros por data, horário, tipo de acesso, identidade do usuário e outros dados vinculados, como matrícula, categoria (servidor, visitante), identificação de veículo responsável pelo acesso, entre outros;
- 3.4.2. O sistema/software poderá ser de propriedade da CONTRATADA ou de uso desta, sendo este licenciado.
- 3.4.3. O software deverá permitir o cadastro de colaboradores, para que possam efetuar o registro de entradas e saídas;
- 3.4.4. O software deverá permitir o cadastro ilimitado de pessoas e visitantes a serem gerenciados;
- 3.4.5. Permitir impressão de todos os relatórios e telas de visualização (tabelas) do sistema, com apresentação limpa e organizada dos dados;
- 3.4.6. Oferecer a possibilidade de backup e restauração dos registros, inclusive entre diferentes equipamentos configurados para a coleta, garantindo a continuidade do histórico de acessos;
- 3.4.7. A exportação dos dados deverá ser realizada em formato CSV, com colunas bem definidas e estruturadas, de modo a permitir fácil leitura e importação por outros sistemas ou Txt.
- 3.4.8. Garantir a coleta automática de dados ao menos duas vezes ao dia, com opção de coleta manual acessível e de fácil execução para os usuários;
- 3.4.9. Ser previamente configurado pela empresa contratada nos equipamentos a serem indicados pelo contratante, tanto no momento da instalação quanto em eventuais manutenções ou reinstalações futuras;

- 3.4.10. Permitir envio automático de dados por meio de API REST, conforme padrão a ser fornecido pela equipe de TI da contratante, com possibilidade de reconfiguração dos parâmetros da API de forma simples, acessível e sem necessidade de intervenção técnica especializada;
- 3.4.11. Disponibilizar à equipe de TI da PMB acesso seguro e autenticado para fins de geração de relatórios, extração de backups em formatos abertos e atendimento a outras demandas técnicas relacionadas aos dados de controle dos equipamentos.
- 3.4.12. Apresentar interface intuitiva e de fácil compreensão, desenvolvida conforme boas práticas de experiência do usuário (UX), permitindo o uso direto e claro das principais funções por todos os perfis de usuários. As funções de cadastro e reconfigurações de biometria digitais (impressões dos dedos) devem ser simples e acessíveis, de modo a facilitar a rotina de uso dos equipamentos, inclusive em casos de dificuldades frequentes na leitura das digitais;
- 3.4.13. As alterações visuais ou funcionais necessárias para melhor entendimento, identificadas durante o período de garantia do contrato deverão ser providas pela contratada no prazo de até 7 dias corridos em casos de erros de sistema e em até 30 dias corridos para melhorias visuais. A validação e reinício do uso pela contratante serão condições para considerar o atendimento como concluído;
- 3.4.14. O sistema deverá ser totalmente compatível com o sistema operacional Windows 10 ou superior, ou, alternativamente, ser disponibilizado em plataforma WEB devidamente regularizada, sem gerar qualquer custo adicional à contratante. Neste caso, a contratada deverá garantir disponibilidade contínua (ininterrupta) da aplicação e seu recurso;
- 3.4.15. Tais prazos referem-se ao atendimento de ajustes, não devendo comprometer a funcionalidade integral do software no momento da entrega, o qual deverá estar em plena conformidade com o Termo de Referência desde a instalação inicial;
- 3.4.16. Para que o objeto seja considerado formalmente entregue e aceito todos os equipamentos deverão estar em pleno funcionamento, devidamente instalados, configurados e integrados ao software de controle de acesso. Além disso, deverão ser realizados treinamentos presenciais sobre o uso do sistema e dos equipamentos com representantes do(s) local(is) de instalação e da equipe de TI da Prefeitura Municipal de Bauru, mediante agendamento prévio, de forma a assegurar a plena participação dos envolvidos e a correta operação da solução implantada.
- 3.4.17. Os servidores da CONTRATADA ou provedor cloud disponibilizados pela mesma deverão atender a critérios técnicos mínimos para garantir a segurança e uptime do sistema, cumprindo padrões internacionais de segurança e disponibilidade como:
- ISO 27001 - Controles de gerenciamento de segurança;
 - ISO 27017 - Controles específicos da nuvem;
 - ISO/IEC 27018:2019 - Proteção de dados pessoais;

4. Da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

- 4.1. A solução deverá operar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – LGPD), com a CONTRATADA assumindo a responsabilidade pelo tratamento de dados pessoais, no papel de operadora de dados da Administração Pública.

- 4.2. A CONTRATADA deverá implementar mecanismos técnicos e administrativos aptos a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, incidentes de segurança, destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
- 4.3. Todos os dados tratados no âmbito da solução são de propriedade exclusiva da CONTRATANTE, vedada sua utilização para fins diversos dos estabelecidos neste Termo.
- 4.4. A CONTRATADA deverá garantir a rastreabilidade de acessos e alterações, manter registros de atividades (logs), e fornecer relatórios de auditoria sempre que solicitado.
- 4.5. A CONTRATADA deverá estar preparada para atender eventuais solicitações da CONTRATANTE relativas aos direitos dos titulares de dados, conforme previsto na LGPD.
- 4.6. A solução deverá prever meios para exclusão, anonimização ou bloqueio de dados pessoais mediante solicitação do controlador.
- 4.7. Não será permitido à CONTRATADA qualquer modalidade de tratamento sobre os dados pessoais fornecidos pela CONTRATANTE, ou diretamente pelo próprio titular dos dados, para finalidades além daquelas previstas no presente Termo ou sem a expressa autorização da CONTRATANTE por meio de comunicação oficial.
- 4.8. Qualquer evento decorrente de tratamento de dados pessoais de usuários por parte da CONTRATADA, que possa ser considerada violação de dados pessoais no entendimento da Lei 13.709/2018, deverá ser imediatamente comunicado ao CONTRATANTE, assim como qualquer fato que possa acarretar em dúvida na interpretação desta lei com relação ao tratamento de dados pessoais deverá ser discutida com a CONTRATANTE.
- 4.9. As exigências elencadas neste documento não eximem a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento de outros dispositivos presentes na legislação pertinente à privacidade e proteção de dados pessoais vigentes no Brasil.
- 4.10. É primordial garantir a privacidade e a proteção dos dados dos cidadãos atendidos nas diversas bases de dados que serão integradas ao software.
- 4.11. O ambiente de hospedagem da solução deverá adotar práticas robustas de segurança da informação, com políticas formais, criptografia de dados em trânsito e em repouso, e autenticação forte de usuários.
- 4.12. As exigências elencadas neste documento não eximem a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento de outros dispositivos presentes na legislação pertinente à privacidade e proteção de dados pessoais vigentes no Brasil.

- 4.13. A fim de assegurar a proteção dos dados pessoais, tanto os dados de identificação, quanto os dados de registro das transações dos usuários finais do ecossistema, estando em total aderência à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), deverão ser transmitidos e armazenados apenas os dados pessoais estritamente necessários ao funcionamento do sistema e funcionalidades previamente aprovados pela CONTRATANTE e definidas no presente Termo.
- 4.14. É primordial garantir a privacidade e a proteção dos dados dos cidadãos atendidos nas diversas bases de dados que serão integradas ao software.

5. INSTALAÇÃO DAS CATRACAS E CANCELAS

- 5.1.1. INSTALAÇÃO DAS CATRACAS E CANCELAS, ativação e treinamento das funções que os equipamentos possuem por conta da CONTRATADA.
- 5.1.2. A instalação compreende, entre outros, a instalação das cancelas, catracas e do Software de Gerenciamento e também a configuração lógica de todos os equipamentos de acordo com o requerido pela CONTRATANTE;
- 5.1.3. A instalação se dará na sede da CONTRATANTE;
- 5.1.4. A instalação e configuração também compreende a integração, testes de funcionamento e capacitação técnica;
- 5.1.5. A equipe de instalação, deverá ser obrigatoriamente com pessoal técnico e especializado, devidamente equipada com os instrumentos e todos os materiais necessários para a execução das instalações dentro do prazo de conclusão da instalação;
- 5.1.6. Os serviços para instalação e configuração do software de gerenciamento integrado aos equipamentos deve ser acompanhado pelos técnicos da CONTRATANTE;
- 5.1.7. Os analistas de TI, bem como os servidores do setor de Expediente da CONTRATANTE deverão receber o treinamento para cadastro e utilização do sistema;
- 5.1.8. O edifício possui pontos de energia elétrica e de rede de dados em suas dependências. A utilização, adequação ou eventual complementação desses pontos, quando necessária à execução dos serviços ou instalação dos equipamentos, será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, incluindo a realização de eventuais reparos e adequações civis que se fizerem necessárias.
- 5.1.8.1. Qualquer modificação estrutural ou intervenção na edificação deverá ser previamente autorizada pela CONTRATANTE, que poderá definir as condições e procedimentos a serem observados.
- 5.1.8.2. A CONTRATADA será responsável por todos os danos que, por ação ou omissão, vier a causar à edificação, às instalações elétricas, hidráulicas, estruturais ou a qualquer outro bem público, devendo realizar, às suas expensas, os reparos e restaurações necessários.
- 5.1.9. Os endereços de IP/MÁSCARA DE SUB REDE/GATEWAY serão definidos para cada equipamento na data da instalação;
- 5.1.10. A instalação dos equipamentos de controle de acesso (catracas), bem como do software de gerenciamento, com a importação de dados, deverá ser feita pela empresa vencedora no prazo de até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado a critério da administração, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, na sede da CONTRATANTE em horário a ser combinado com a administração da mesma;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

- 5.1.11. Os serviços para instalação e configuração do sistema e integração com os equipamentos devem considerar também a importação de todas as informações da base de dados do software atualmente instalado na CONTRATANTE.
- 5.1.12. A empresa contratada será responsável pela entrega, instalação, configuração e pleno funcionamento dos equipamentos de controle de acesso (cancelas e catracas), devendo executar, às suas expensas, toda a infraestrutura necessária, incluindo adequações elétricas (pontos de energia, cabeamento e proteções), rede de dados e cabeamento estruturado, infraestrutura de telefonia quando aplicável, bem como fixações, interligações, ajustes físicos, testes e validações dos sistemas, assegurando que todos os serviços e materiais atendam às normas técnicas vigentes e garantam a qualidade, desempenho e segurança da instalação.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

SECRETARIA	FICHA ORÇAMENTÁRIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	341
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E BEM-ESTAR ANIMAL	593
SECRETARIA MUNICIPAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS	400
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	773
SECRETARIA DE HABITAÇÃO	1136

7. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Na proposta escrita deverá conter os seguintes elementos:

- a) Prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais. Caso não conste prazo de validade expresso, este será considerado como sendo de 60 (sessenta) dias;
- b) Especificação completa do produto ou serviço ofertado conforme descrito no Edital;
- c) Preço unitário e total do item e do lote (incluindo custos, frete, tributos, etc.) em moeda corrente nacional, em algarismo ou por extenso, apurado à data de sua apresentação. Em caso de dúvida entre o valor unitário e total, prevalecerá o unitário;
- d) Data e assinatura do Representante Legal da proponente;
- e) Dados do banco, agência e conta corrente do licitante participante;
- f) Dados (nome, RG e CPF) do representante legal da empresa, designado para eventual e posterior assinatura do Contrato ou da Ata de Registro de Preço e como gestor da mesma, juntando ainda instrumento de mandato, se for o caso, do Contrato ou da Ata de Registro de Preços a ser assinado por procurador com poderes para tanto;

g) **Prazo de entrega/execução, que será no máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da assinatura do contrato;**

h) Condições de pagamento, conforme item 6.1;

8. DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA

8.1. A entrega e instalação dos equipamentos, bem como do software, deverá ser realizada pela empresa vencedora no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis** a contar do recebimento da assinatura do contrato.

8.2. A Secretaria Municipal de Infraestrutura comunicará a licitante vencedora, mediante correspondência ou e-mail, o aviso da Ordem de Serviço.

8.3. Os produtos deverão ser entregues e instalados no **CENTRO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E BEM-ESTAR ANIMAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO**, sito na **Rua Wenceslau Braz, nº 8-8, Vila Souto – Bauru/SP – CEP 17051-120**, em dias úteis, no horário das 08:00 h às 11:30 h e das 13:00h às 16:30h.

8.4. A licitante vencedora deverá seguir rigorosamente os dias, horários e prazos de entrega;

8.5. Correrão por conta da licitante vencedora as despesas de embalagem, seguros, transporte, descarregamento, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e outros, se existentes, decorrentes do fornecimento.

8.6. O Município de Bauru reserva-se o direito de inspecionar os objetos do contrato, podendo recusá-lo ou solicitar sua substituição, caso esteja em desacordo com as especificações contidas na proposta comercial e no Termo de Referência.

8.7. No ato do recebimento, o objeto será submetido à verificação por servidores competentes, cabendo a licitante vencedora a substituição, caso o mesmo seja recusado por não se enquadrar nas especificações estipuladas no Anexo I e III, estando a licitante vencedora sujeita a aplicação de penalidade.

9. DO PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da entrega da nota fiscal na Secretaria Municipal da Fazenda, devidamente atestada, obedecendo à ordem cronológica de sua exigibilidade, mediante ordem bancária através de instituição financeira a ser determinada pela contratada.

9.2. No caso de atraso no pagamento por parte do Município, haverá a incidência de juros moratórios de 0,5% (cinquenta centésimo por cento) ao mês ou fração, a contar da data prevista para pagamento até o efetivo pagamento.

9.3. O contrato não sofrerá qualquer tipo de alteração em seu valor, ressalvadas as hipóteses previstas no [art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

9.4. Não serão aceitas propostas com pagamento antecipado ou contra entrega e ainda, não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas.

9.5. A contratante não assume nenhum tipo de aquisição ou pagamento dos equipamentos, apenas dos serviços de instalação, manutenção e software.

10. DO PRAZO DE GARANTIA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

10.1. A licitante vencedora deverá garantir a qualidade do objeto entregue e a substituição do mesmo, se constatado que foi entregue em desconformidade com a proposta, em más condições de transporte carga, descarga da transportadora ou quando o mesmo não corresponder ao descrito no edital.

10.1.1. Os produtos que apresentarem irregularidades deverão ser substituídos por novos, sendo que todas as despesas inerentes à substituição e transporte destas e do objeto licitado correrão por conta da adjudicatária, não cabendo ao Município qualquer ônus.

10.2. A contratada será responsável integral pelos equipamentos locados incluindo substituição em caso de falhas, defeitos ou mau funcionamento durante toda a vigência do contrato.

10.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Município de Bauru poderá:

a) se disser respeito às especificações, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou cancelando a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.(1) na hipótese de substituição, a licitante vencedora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Município, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou cancelando a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.(1) na hipótese de complementação, a licitante vencedora deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Município, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

10.4. A contratante não arcará com custos de reposição ou reparo dos bens em nenhuma hipótese.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. O MUNICÍPIO designa como ÓRGÃO GERENCIADOR deste contrato, PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU, que terá a incumbência de efetuar a prática de todos os atos de controle e gerenciamento deste contrato.

11.2. O MUNICÍPIO designa como gestores titular **JAIME TADEU ANTUNES DOS SANTOS**, servidor vinculado a Secretaria Municipal de Aprovação de Projetos e gestor suplente **DANIEL SANCHEZ DONATO**, servidor vinculado a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Bem-Estar Animal.

11.3. A licitante vencedora designa como gestor do contrato, o Sr(a). ____, portador do RG nº __ e CPF nº ____, conforme constante na sua Proposta de Preços, que é parte integrante deste documento.

11.4. Ao(s) gestor(es) do contrato por parte do Município compete as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 13.832/2018 e na Lei Federal 14.133/2021.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

12.1. Obrigações da Contratada:

12.1.1. Executar/Entregar os serviços/bens objeto do presente contrato de acordo com a melhor técnica aplicável a trabalhos desta natureza, com zelo e diligência, bem como com rigorosa observância às especificações e anexos deste instrumento e dos demais detalhes e ordens que emanarem do **MUNICÍPIO**;

12.1.2. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12.1.3. Manutenção da posse e responsabilidade sobre os equipamentos por parte da contratada.

12.1.4. Obrigações da contratada quanto à guarda, manutenção e eventual substituição dos bens.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

12.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.1.6. Manter-se perfeitamente em dia com o pagamento de todas as obrigações fiscais e sociais, inclusive com as contribuições previdenciária;

12.1.7. Iniciar a prestação dos serviços ou realizar a entrega do bem no prazo e condições definidos;

12.1.8. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo MUNICÍPIO, quando da execução do contrato;

12.1.9. Arcar com todas as despesas de transporte, operação e manutenção relativos a execução do objeto;

12.1.10. Prover toda a mão de obra necessária a execução do objeto do Contrato, assumindo total responsabilidade pelo pagamento dos salários e demais direitos e vantagens de seus empregados, bem como pelo fiel cumprimento de todas as obrigações e exigências decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária em vigor;

12.1.11. Responsabilizar-se pelo correto comportamento e eficiência do pessoal sob sua direção, incluindo de terceiros, sujeitando-se às penalidades cabíveis, incluindo o afastamento de empregado;

12.1.12. Assegurar, durante a execução do objeto, a proteção e conservação dos serviços executados;

12.1.13. Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, ou por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o seu acompanhamento;

12.1.14. Responsabilizar-se por todas as despesas necessárias para a execução do objeto deste contrato, incluindo pessoal necessário, deslocamentos, refeições, diárias, recursos humanos e materiais, encargos fiscais, sociais, comerciais, previdenciários e trabalhistas e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento das obrigações deste contrato.

12.1.15. A licitante vencedora ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.1.16. Na Nota Fiscal deverá constar Município de Bauru, Praça das Cerejeiras, 1-59, CNPJ 46.137.410/0001-80, número do processo e número do contrato.

12.1.17. Não poderá a licitante vencedora ceder ou transferir o contrato a ser celebrado, no todo ou em parte, bem como caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira sem prévia e expressa autorização do Município de Bauru.

12.1.18. Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato.

12.1.19. O fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

12.1.20. Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;

12.1.21. Das obrigações da Contratada em face da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD):

12.1.21.1. Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/18), na hipótese de, em razão do presente contrato, a Contratada realizar o tratamento de dados pessoais como operadora ou

controladora, deverá adotar as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados pessoais de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados em conformidade com o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade em vigor, sem prejuízo do disposto nas alíneas subsequentes;

12.1.21.2. Dar tratamento aos dados pessoais a que tiver acesso por força do contrato tão somente na medida do cumprimento do escopo contratual, vedado o tratamento para quaisquer outros propósitos;

12.1.21.3. não fornecer transferir ou disponibilizar dados pessoais a terceiros, a menos que com base em instruções explícitas, por escrito, do Contratante ou por ordem de autoridade judicial, sob a condição de que, nesse último caso, informando ao Contratante dentro de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da ordem judicial, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo na investigação em que o tratamento sigiloso tenha sido expressamente exigido pela autoridade judicial, quando a Contratada estará dispensada da comunicação ao Contratante;

12.1.21.4. Não colocar o Contratante em situação de violação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); assegurar que seus empregados tenham ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e que estejam capacitados para agir dentro das normas nela dispostas;

12.1.21.5. Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assinem termo de confidencialidade;

12.1.21.5. Os requisitos referentes à funcionalidade e desempenho dos sistemas eletrônicos de controle de acesso, assim como à concepção, planejamento, instalação, funcionamento, manutenção e documentação dos mesmos, devem estar em conformidade com as normas relacionadas abaixo, bem como às normas complementares aplicáveis:

12.1.21.5.1. ABNT NBR IEC 60839-11-1:2019 – Sistemas de segurança eletrônica e alarme - Parte 11-1: Sistemas eletrônicos de controle de acesso – Requisitos do sistema e dos componentes;

12.1.21.5.2. ABNT NBR IEC 60839-11-2:2019 – Sistemas de segurança eletrônica e alarme - Parte 11-2: Sistemas eletrônicos de controle de acesso — Diretrizes de aplicação.

12.1.21.5.3. Os equipamentos descritos neste Termo de Referência, deverão estar em conformidade com as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em especial a NR-10 e a NR-12, bem como com as normas técnicas da ABNT aplicáveis, destacando-se a ABNT NBR IEC 60839-11-1:2019, a ABNT NBR IEC 60839-11-2:2019 e a ABNT NBR 15906:2011

12.1.22. A CONTRATADA deve atender a critérios e práticas de sustentabilidade na execução dos serviços.

12.1.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.1.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta.

12.1.25. Manter, durante o serviço nas dependências do Contratante, seus empregados aseados e com aparência adequada, devidamente uniformizados, portando, à altura do peito, sua identificação, com seu nome, função e o nome da Contratada, não sendo admitidos uniformes incompletos, sujos ou com mau aspecto.

12.2. Obrigações do Contratante

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

12.2.1. Pagamento dos valores devidos pela execução do objeto, no prazo previsto no contrato, após devidamente atestada à nota fiscal;

12.2.2. Definir os serviços a serem executados, expedindo as Ordens de Serviço correspondentes, nos casos necessários;

12.2.3. Manter cadastro dos serviços, com informações básicas necessárias ao controle da regular prestação do serviço;

12.2.4. Receber reclamações sobre o serviço e apurá-las, realizando os encaminhamentos necessários;

12.2.5. Aplicar as penalidades legais e contratuais cabíveis;

12.2.6. Acompanhar e fiscalizar, através de preposto designada pela LICITANTE VENCEDORA, a execução dos serviços, objeto deste contrato.

12.2.7. A infraestrutura necessária para alimentação elétrica dos dispositivos e comunicação dos mesmos com o Sistema de Controle, será fornecida pela CONTRATADA.

12.2.8. Os periféricos, objeto desta especificação técnica, deverão possuir recursos de comunicação compatíveis com o Sistema de Controle de Acesso instalado no local, permitindo sua integração de forma plena, segura e estável. A comunicação deverá suportar, no mínimo, um dos seguintes protocolos/padrões: TCP/IP, HTTPS, Wiegand, OSDP ou outro previamente homologado pela fiscalização do contrato. O fornecimento deverá incluir toda a configuração e testes necessários para garantir a integração funcional, sem prejuízo das demais obrigações contratuais.

13. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO, DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
ou

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

- 13.1.5. Fraudar a licitação
- 13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 13.2. Com fulcro no [art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 13.2.1. Advertência;
 - 13.2.2. Multa;
 - 13.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
 - 13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 13.3.2. As peculiaridades do caso concreto
 - 13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.4. Nos termos do [art. 156, §1º e §3º, da Lei nº 14.133, de 2021](#), a multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado.
 - 13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1., 12.1.2. e 12.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4., 12.1.5., 12.1.6., 12.1.7. e 12.1.8., a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
 - 13.4.3. As sanções poderão ser aplicadas às contratadas quando do cometimento de qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.7. Nos termos do [art. 156, §4º, da Lei 14.133/2021](#), a sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1., 12.1.2. e 12.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável

de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4., 12.1.5., 12.1.6., 12.1.7. e 12.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1., 12.1.2. e 12.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 12.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

13.10. Conforme estabelece o [art. 158, §1º da Lei 14.133/2021](#), apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. Nos termos do [art. 156, §9º da Lei 14.133/2021](#), a aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

14. GARANTIA CONTRATUAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

14.1. O contrato terá vigência pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

14.2. A contratada será responsável integral pelos equipamentos locados, incluindo substituição em caso de falhas, defeitos ou mau funcionamento.

14.3. A contratante não arcará com custos de reposição ou reparo dos bens em nenhuma hipótese.

14.4. A Contratada deverá indicar técnico para que a Fiscalização possa entrar em contato no caso de eventuais dúvidas ou falhas no funcionamento do equipamento.

14.5. A assistência técnica utilizará apenas peças e componentes autorizados pela Fiscalização, salvo nos casos fundamentados por escrito.

14.6. No caso de ocorrência de falhas durante o período de garantia, o técnico indicado deverá comparecer ao local onde estão instaladas as catracas e cancelas em num prazo máximo de 24 horas após a comunicação. Esse prazo pode ser prorrogado pela Fiscalização.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

14.7. Caso o atendimento do chamado e/ou a execução do serviço de assistência técnica não sejam realizados dentro do prazo, a Contratada ficará sujeita à multa estabelecida neste termo de garantia e no edital da licitação correspondente.

14.8. A Contratada assumirá toda e exclusiva responsabilidade pela qualidade e funcionamento dos itens fornecidos, não se admitindo que sejam atribuídos a técnicos ou a fabricantes os ônus de quaisquer problemas que porventura venham a ocorrer.

15. DATA, LOCAL E ASSINATURA DO TERMO

Bauru, 22 de abril de 2026

PATRICIA BARRETO
Gerência Financeira
Secretaria Municipal de Infraestrutura



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

IT	UN	QT D	DESCRIÇÃO
1	Mensal	24	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CONTROLE DE ACESSO DE COLABORADORES, VISITANTES E VEÍCULOS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE (CATRACAS E CANCELAS ELETRÔNICAS) , nas dependências do prédio administrativo sito a Rua wenceslau braz, nº. 8-08 – Vila Souto. A EMPRESA TAMBÉM SERÁ RESPONSÁVEL PELA INSTALAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS, SOFTWARE DE GESTÃO DE ACESSO (CARTÃO MIFARE CLASSIC 1K – 13,56 MHZ), TREINAMENTO DE USO E SUPORTE TÉCNICO , conforme Termo de referência.

ANEXO II

IMAGENS DO LOCAL:

IMAGEM 7 – LOCAL PARA INSTALAÇÃO DA CANCELA



IMAGEM 8 – LOCAL PARA INSTALAÇÃO DA CANCELA



IMAGEM 9 – ÁREA EXTERNA



IMAGEM 10 – ENTRADA DO LOCAL DE INSTALAÇÃO DAS CATRACAS DE ACESSO



IMAGEM 11 – LOCAL PARA INSTALAÇÃO DAS CATRACAS DE ACESSO (VISTA DA ENTRADA)



IMAGEM 12 – LOCAL PARA INSTALAÇÃO DAS CATRACAS DE ACESSO (VISTA DA SAÍDA)





PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

ANEXO II

Modelo de Carta de Apresentação

Ao Sr. Pregoeiro,

Processo Administrativo nº. **87.530/2025**

Pregão Eletrônico nº 173/2026

Prezado Senhor:

Na qualidade de responsável legal por nossa Empresa, credenciamos o senhor, portador da carteira de identidade RG. n.º e do CPF. n.º, para nos representar na licitação em referência, conferindo ao mesmo, ilimitados poderes para retirar editais, apresentar envelopes PROPOSTA e DOCUMENTOS após o certame, prestar declaração de que o outorgante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, bem como de que atende às exigências do Edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira, formular ofertas e lances de preços nas sessões públicas, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, assinar Contratos, bem como assinar quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Dados para a elaboração do eventual Ata/Contrato:

Da empresa:

Razão Social:

Endereço:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Telefone:

Fax:

Local e data

Atenciosamente,

Nome, CPF e assinatura do responsável legal

Carimbo da empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

ANEXO III

Formulário Modelo de Proposta de Preços

Nome da Proponente:

Endereço:

Cidade:

Estado:

CEP:

Telefones:

e-mail:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

CONFORME ESTIPULADO NO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 173/2026**, PROPOMOS:

Em havendo qualquer divergência entre as especificações contidas neste Anexo e as constantes no portal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, prevalecerá, para todos os efeitos, as deste Anexo.

GRUPO/LOTE 01 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CONTROLE DE ACESSO. – **AMPLA PARTICIPAÇÃO**).

ITEM	UNID.	QTD	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	P. UNIT. R\$ (MENSAL)	P. TOTAL R\$ (24 MESES)
01	MÊS	24	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CONTROLE DE ACESSO DE COLABORADORES, VISITANTES E VEÍCULOS DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE (CATRACAS E CANCELAS ELETRÔNICAS), NAS DEPENDÊNCIAS DO PRÉDIO ADMINISTRATIVO SITO A RUA WENCESLAU BRAZ, Nº. 8-08 – VILA SOUTO, BAURU/SP. A EMPRESA TAMBÉM SERÁ RESPONSÁVEL PELA INSTALAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS, SOFTWARE DE GESTÃO DE ACESSO (CARTÃO MIFARE), TREINAMENTO DE USO E SUPORTE TÉCNICO, GARANTINDO A SEGURANÇA E A EFICIÊNCIA DOS SISTEMAS DE CONTROLE DE ACESSO, PELO PERÍODO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL.		
TOTAL DO GRUPO/LOTE				R\$	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

Prazo de entrega: _____ (conforme os itens “3 e 8” do termo de referência)

Condições de pagamento: _____ (conforme item 20.1 do Edital)

Prazo de validade da proposta: _____ (conforme subitem 13.7.1. e item 15.6, alínea “a” do Edital)

Dados completos do responsável designado para assinatura e Gestor do Contrato:

Nome:

Cargo:

CPF:

Indicações Bancárias

Banco: Agência: Conta:

Data:/...../2026

Assinatura representante legal

ANEXO II

IMAGENS DO LOCAL:

IMAGEM 7 – LOCAL PARA INSTALAÇÃO DA CANCELA



IMAGEM 8 – LOCAL PARA INSTALAÇÃO DA CANCELA



IMAGEM 9 – ÁREA EXTERNA



IMAGEM 10 – ENTRADA DO LOCAL DE INSTALAÇÃO DAS CATRACAS DE ACESSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações



IMAGEM 11 – LOCAL PARA INSTALAÇÃO DAS CATRACAS DE ACESSO (VISTA DA ENTRADA)



IMAGEM 12 – LOCAL PARA INSTALAÇÃO DAS CATRACAS DE ACESSO (VISTA DA SAÍDA)





PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

ANEXO IV

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 209/2026

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A
ADMINISTRAÇÃO**

A Empresa _____, sediada na rua _____, nº _____, (cidade) _____, (estado) _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J.) sob o nº _____, por seu representante legal (Diretor, Gerente, Proprietário, etc.), DECLARA, sob as penas da lei, que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

ANEXO V

Declaração de cumprimento art. 68, inc. VI da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

_____, inscrito do CNPJ n.º _____, por
intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a) _____, portador (a) da Carteira de
Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso VI
do art. 68 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva:
emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

_____, ____ de ____ de ____.

Assinatura do representante legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

ANEXO VI

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 209/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 173/2026

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE A PROPOSTA ESCRITA

(dados do licitante: razão social, CNPJ, endereço), por meio de seu representante legal, declara a quem possa interessar, sob as penas da lei, que os produtos cotados atendem plenamente todas as especificações constantes dos Anexos I e III do Edital de Licitação nº 209/2026..

_____ de _____ de _____

Assinatura do representante legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

ANEXO VII

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BAURU

CONTRATADA:

CONTRATO N. (DE ORIGEM):

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CONTROLE DE ACESSO DE COLABORADORES, VISITANTES E VEÍCULOS DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE (CATRACAS E CANCELAS ELETRÔNICAS), NAS DEPENDÊNCIAS DO PRÉDIO ADMINISTRATIVO SITO A RUA WENCESLAU BRAZ, Nº. 8-08 – VILA SOUTO. A EMPRESA TAMBÉM SERÁ RESPONSÁVEL PELA INSTALAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS, SOFTWARE DE GESTÃO DE ACESSO (CARTÃO MIFARE), TREINAMENTO DE USO E SUPORTE TÉCNICO, GARANTINDO A SEGURANÇA E A EFICIÊNCIA DOS SISTEMAS DE CONTROLE DE ACESSO, PELO PERÍODO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Bauru, XX de XXXXX de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

GESTOR TITULAR:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

GESTOR SUBSTITUTO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução n. 11/2021).*



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº
PROCESSO Nº 87.530/2025
Pregão Eletrônico nº 173/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CONTROLE DE ACESSO DE COLABORADORES, VISITANTES E VEÍCULOS DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE (CATRACAS E CANCELAS ELETRÔNICAS), NAS DEPENDÊNCIAS DO PRÉDIO ADMINISTRATIVO SITO A RUA WENCESLAU BRAZ, Nº. 8-08 – VILA SOUTO. A EMPRESA TAMBÉM SERÁ RESPONSÁVEL PELA INSTALAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS, SOFTWARE DE GESTÃO DE ACESSO (CARTÃO MIFARE), TREINAMENTO DE USO E SUPORTE TÉCNICO, GARANTINDO A SEGURANÇA E A EFICIÊNCIA DOS SISTEMAS DE CONTROLE DE ACESSO, PELO PERÍODO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL, CELEBRA O MUNICÍPIO DE BAURU E A EMPRESA.....

O presente contrato é firmado entre o MUNICÍPIO DE BAURU, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça das Cerejeiras, 1-59, nesta cidade de Bauru (SP), inscrito no CNPJ. sob n.º 46.137.410/0001-80, doravante denominado “**CONTRATANTE**”, neste ato representado pela Senhora **Suélien Silva Rosim**, Prefeita Municipal, por força dos Decretos nº 4705, de 23 de maio de 1986 e nº 6618, de 27 de maio de 1993, ambos alterados pelo Decreto nº 7306, de 11 de maio de 1995, e a empresa estabelecida na cidade de, na rua, n.º ..., inscrita no CNPJ sob n.º, daqui a diante denominada “**CONTRATADA**”, representada neste ato por, portador do RG. n.º e CPF n.º

As partes assim identificadas pactuam o presente contrato, que reger-se-á segundo disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, e cláusulas e condições do edital do Pregão Eletrônico nº 173/2026, que faz parte integrante do processo administrativo 87.530/2025, bem como as seguintes:

Cláusula Primeira: DO OBJETO

1.1. A CONTRATADA obriga-se, nos termos de sua proposta devidamente anexada no processo administrativo nº 87.530/2025, a prestar ao **CONTRATANTE, FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CONTROLE DE ACESSO DE COLABORADORES, VISITANTES E VEÍCULOS DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE (CATRACAS E CANCELAS ELETRÔNICAS), NAS DEPENDÊNCIAS DO PRÉDIO ADMINISTRATIVO SITO A RUA WENCESLAU BRAZ, Nº. 8-08 – VILA SOUTO. A EMPRESA TAMBÉM SERÁ RESPONSÁVEL PELA INSTALAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS, SOFTWARE DE GESTÃO DE ACESSO (CARTÃO MIFARE), TREINAMENTO DE USO E SUPORTE TÉCNICO, GARANTINDO A SEGURANÇA E A EFICIÊNCIA DOS SISTEMAS DE CONTROLE DE ACESSO, PELO PERÍODO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES**, cujas especificações estão indicadas no Anexo I do Edital nº 209/2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP

ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

GRUPO/LOTE 01 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CONTROLE DE ACESSO. – **AMPLA PARTICIPAÇÃO**).

ITEM	UNID.	QTD	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	P. UNIT. R\$ (MENSAL)	P. TOTAL R\$ (24 MESES)
01	MÊS	24	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CONTROLE DE ACESSO DE COLABORADORES, VISITANTES E VEÍCULOS DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE (CATRACAS E CANCELAS ELETRÔNICAS), NAS DEPENDÊNCIAS DO PRÉDIO ADMINISTRATIVO SITO A RUA WENCESLAU BRAZ, Nº. 8-08 – VILA SOUTO. A EMPRESA TAMBÉM SERÁ RESPONSÁVEL PELA INSTALAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS, SOFTWARE DE GESTÃO DE ACESSO (CARTÃO MIFARE), TREINAMENTO DE USO E SUPORTE TÉCNICO, GARANTINDO A SEGURANÇA E A EFICIÊNCIA DOS SISTEMAS DE CONTROLE DE ACESSO, PELO PERÍODO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL.		
TOTAL DO GRUPO/LOTE				R\$	

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O prazo de vigência do contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

Cláusula Segunda: DA ESPECIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE LOCAÇÃO E EQUIPAMENTOS

2.1. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO/MODELO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

- 2.1.1. A prestação desse serviço será realizada por meio da locação de equipamentos de controle de acesso, incluindo: instalação da infraestrutura eventualmente necessária e instalação dos equipamentos e sistemas propriamente ditos, incluindo as manutenções preventiva e corretiva de todo o sistema.
- 2.1.2. A contratação deverá contemplar todos os serviços, materiais e peças necessários para manutenção preventiva e corretiva das catracas e cancelas, instalação e remoção de equipamentos, incluindo elaboração e implementação

do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devendo disponibilizar equipe técnica qualificada para a execução dos serviços.

- 2.1.3. Os equipamentos deverão ser entregues e instalados, ativados e testados, em perfeito funcionamento, nos locais indicados, durante o horário de funcionamento das secretarias, sem qualquer custo adicional, deverá a CONTRATADA organizar com a contratante o roteiro das instalações dos equipamentos, com início em no máximo 30 (trinta) dias úteis após a assinatura do contrato.
- 2.1.4. É de responsabilidade da CONTRATADA a implementação total do sistema, incluindo fornecimento de todos os materiais, equipamentos, instrumentos, software e outros componentes necessários para seu pleno funcionamento.
- 2.1.5. Caso o software não esteja integrado com o hardware existente, a CONTRATADA deverá realizar a integração no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da ordem de serviço, garantindo o pleno funcionamento e comunicação de todo o sistema de acesso. O descumprimento implicará aplicação das penalidades previstas no contrato, conforme a Lei nº 14.133/2021.
- 2.1.6. Não serão aceitos produtos que não apresentem as características estabelecidas no item 3.1, 3.2, e 3.3 deste Termo de Referência;
- 2.1.7. Os equipamentos deverão ser de boa qualidade, sendo os mesmos inspecionados no momento de sua entrega;
- 2.1.8. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, não aceitando, em hipótese alguma, produtos manufaturados/recondicionados.
- 2.1.9. Do fornecimento de peças e acessórios:
 - 2.1.9.1. A CONTRATADA deve responsabilizar-se pela retirada do material sucateado, danificado, substituído, inclusive suas embalagens, resultante das operações de manutenção, responsabilizando-se também pelo descarte, obedecidas as legislações ambientais vigentes.
 - 2.1.9.2. O serviço de reparo técnico e/ou corretiva e respectiva substituição das peças necessárias deverão ser realizados, no prazo máximo de **01 (um) dia útil**, após abertura do chamado, pelo fiscal do contrato, podendo esse prazo ser prorrogado mediante solicitação da CONTRATADA, acompanhada da justificativa quanto à inviabilidade de cumprimento do prazo e informação quanto ao prazo necessário.
- 2.1.10. Para instalação ou remoção dos equipamentos, quando necessário, a CONTRATADA deverá fazer a recomposição de forros, pisos, rebocar e pintar a parede no lugar que foi quebrado na cor padrão do ambiente, reparar o telhado e sua vedação, de forma a não permitir infiltração de água da chuva, uma vez que fará parte da garantia dos serviços.
- 2.1.11. Inclui os serviços de adequação de equipamentos, de montagem, de instalação e testes, inclusive obras civis, se houver, independente do porte da obra, como furos técnicos, construção de suportes, embutir tubulações, montar infraestrutura aparente, pintura. Devendo toda a instalação e adequação ser aprovada pelo Gestor do contrato seguindo orientações da equipe técnica designada pelo mesmo.
- 2.1.12. Deverá ser responsável por toda a parte elétrica necessária para a instalação, conforme padrão da Prefeitura, seguindo normas vigentes, com circuito exclusivo e dimensionado para os equipamentos.
- 2.1.13. A CONTRATADA ainda deverá ser responsável por toda a parte de infraestrutura de redes, assim como cabeamento homologado pela Anatel, conexões, montagem de infraestrutura embutida ou aparente em ferro zincado, pois a CONTRATADA deverá montar infraestrutura que conduza o cabeamento de redes até o rack de TI e se necessário inserir ativos de redes para o funcionamento adequado dos equipamentos na rede. A empresa deverá seguir os padrões de instalação da Prefeitura Municipal de Bauru.
- 2.1.14. Toda a parte de interligação lógica será de responsabilidade da CONTRATADA e deverá seguir as regras e padrões da estrutura de redes da Informática da Prefeitura.
- 2.1.15. Deverá ser realizada as Manutenções Preventivas e Corretivas, com fornecimento de todas as peças necessárias, nas cancelas e catracas, assim como no software.
- 2.1.16. A Manutenção Técnica Preventiva contempla os serviços efetuados para manter os equipamentos funcionando em condições normais, tendo como objetivo diminuir as possibilidades de paralisação, compreendendo: manutenção do bom estado de conservação, substituição ou reparo de pequenos componentes que comprometam o bom funcionamento, modificações necessárias com objetivo de atualização dos aparelhos, limpeza, regulagem, inspeção, calibração e simulação de testes mecânicos e eletroeletrônicos em todo sistema

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

interno e externo, entre outras ações que garantam que o conjunto dos equipamentos esteja em permanente condição de operação.

- 2.1.16.1. Manutenção Técnica Preventiva deverá ser realizada a cada 03 (três) meses, a fim de manter os equipamentos sempre em boas condições de uso.
- 2.1.16.2. A Manutenção Corretiva contempla os serviços de reparos com a finalidade de eliminar todos os defeitos existentes nos equipamentos identificados, por meio de diagnóstico, bem como da correção de anormalidades, da realização de testes e regulagens que sejam necessárias para garantir o retorno do equipamento às condições normais de funcionamento e, também, na substituição do equipamento sem que haja prejuízo ao funcionamento do sistema. O prazo máximo até **01 (um) dia útil** da abertura do chamado.
- 2.1.16.3. A manutenção corretiva é aquela efetuada após a ocorrência de alguma falha do equipamento, será realizada sempre que necessário, a fim de restabelecer o pleno funcionamento do equipamento. A manutenção corretiva consistirá em reparar todo e qualquer defeito mecânico ou elétrico que venha a ocorrer durante a vigência do contrato de locação.
- 2.1.16.4. As atividades de manutenção deverão ser realizadas por pessoas devidamente capacitadas e treinadas.
- 2.1.17. Todas as informações referentes à manutenção deverão ser registradas e documentadas, contendo a descrição do sistema, do problema, ações realizadas, tipo e quantidade de peças utilizadas, identificação do mantenedor, data e hora da intervenção, e outras informações que forem pertinentes.
- 2.1.18. Todo o procedimento de manutenção nos equipamentos deverá ser realizado nas dependências da contratante, em local a ser determinado pelo setor responsável pela manutenção predial, salvo exceções devidamente autorizadas.
- 2.1.19. Caberá à CONTRATADA manter o sistema em perfeitas condições de uso durante todo o período de duração do contrato, comprometendo-se a reparar ou substituir, se for o caso, os acessórios ou componentes que apresentarem falhas e que não caracterizarem perda das funções básicas do sistema.
- 2.1.20. Nesse caso, as falhas constatadas deverão ser sanadas de imediato, observando prazos razoáveis e tecnicamente admitidos, ou aqueles previstos nos editais, termos de referência, contratos e/ou acordos de nível de serviço.
- 2.1.21. Na ocorrência de falhas que resultarem em perda das funções básicas, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente providenciar, conforme especificado nas cláusulas contratuais, de **imediato**, o restabelecimento do sistema, inclusive em horários noturnos e aos sábados, domingos e feriados.
- 2.1.22. A CONTRATADA deverá comunicar ao Gestor do Contrato todas as ocorrências nos equipamentos instalados, que possam comprometer ou não os serviços.
- 2.1.23. A CONTRATADA deverá elaborar e entregar ao Contratante, após a execução de cada manutenção corretiva, um relatório do serviço prestado, devidamente preenchido e assinado.
- 2.1.24. A CONTRATADA deverá manter em sigilo, sob as penalidades da lei, dados e informações de propriedade do Contratante, a menos que expressamente autorizada a divulgação por escrito.
- 2.1.25. É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA o fornecimento dos insumos, materiais e acessórios necessários para a plena condição de operação dos equipamentos, sendo que o fornecimento deverá ser suficiente para manter a continuidade da prestação de serviços.
- 2.1.26. Todos os custos de instalação, bem como todos os equipamentos, materiais e infraestrutura necessária devem ser fornecidos pela CONTRATADA. Eventuais exceções, para utilização de infraestrutura existente nos endereços, deverão ser analisadas e aprovadas pelo Contratante.
- 2.1.27. Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA a guarda e a manutenção de equipamentos e/ou materiais de sua propriedade que sejam colocados para uso durante a execução dos serviços.
- 2.1.28. Se forem detectadas falhas e ou defeitos nos equipamentos durante as inspeções, deverão ser solucionadas e reparadas logo em seguida, mediante autorização da CONTRATANTE.
- 2.1.29. Em todos os casos, a equipe de manutenção deverá comunicar o CONTRATANTE e obter a autorização para prosseguir com as atividades de manutenção.
- 2.1.30. Os procedimentos de inspeção e manutenção devem ser fornecidos e documentados pelo fabricante ou instalador.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

- 2.1.31. Atendimento da Assistência Técnica: Prazo de 24 (vinte e quatro) meses. Suporte Telefônico e/ou Online. Cobertura: Horário comercial (08:00 às 17:00) de segunda-feira à Sexta, tempo de atendimento com solução: máximo de 24h (vinte e quatro horas) a partir da abertura do chamado técnico.
- 2.1.32. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 2.1.33. Os serviços deverão atender a todas as normas técnicas aplicáveis, inclusive no que se refere a segurança na execução e especificações do fabricante, a fim de proporcionar qualidade aos serviços, bem como preservar a integridade dos funcionários e a garantia dos equipamentos.
- 2.1.34. O serviço deve contemplar a destinação, de forma ambientalmente adequada, de todos os materiais e equipamentos que foram utilizados ou descartados na prestação de serviços, inclusive as pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.
- 2.1.35. A CONTRATADA deverá prestar serviços eventuais, compreendendo: desinstalação e reinstalação de equipamentos no mesmo local, procedimentos esses decorrentes da alteração interna de layout da unidade; desinstalação e reinstalação de equipamentos em outro local da mesma cidade, em virtude de mudança da unidade; desativação de equipamentos ou do sistema de segurança de alguma unidade.
- 2.1.36. A CONTRATADA deve identificar todos os equipamentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do Contratante.
- 2.1.37. A CONTRATADA, ao final da instalação, deverá providenciar o MEMORIAL DESCRITIVO DE INSTALAÇÃO dos equipamentos, indicando todos os equipamentos instalados, suas especificações, notas técnicas das instalações referentes a interferências arquitetônicas efetuadas para a instalação dos equipamentos e/ou outras medidas ou problemas encontrados. O Memorial Descritivo deverá ser acompanhado dos Catálogos de todos os equipamentos instalados, dos diagramas esquemáticos de instalação e dos AS BUILTs.
- 2.1.38. Operar e agir com organização completa, fornecendo a mão de obra necessária à execução dos serviços objeto do Contrato, realizando, também, todas as atividades inerentes à direção, coordenação, fiscalização, administração e execução dos serviços.
- 2.1.39. Conduzir seus trabalhos em harmonia com as atividades do Contratante, de modo a não causar transtornos ao andamento normal de seus serviços e horários estabelecidos em normas internas, nem quaisquer ônus relativos ao uso de recursos materiais ou humanos.
- 2.1.40. Responsabilizar-se por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas ou vícios pré-existentes nos equipamentos, os quais não implicam corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes ou prepostos. É certo que a regular fiscalização dos serviços pelo Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.
- 2.1.41. Assumir todas as responsabilidades legais, danos materiais ou pessoais que forem causados a terceiros, seja por atos próprios da CONTRATADA, seja por atos de seus operários ou prepostos, sem que isso venha a reduzir o direito do Contratante de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos trabalhos contratados, por meio do responsável designado para este fim.
- 2.1.42. Relatar ao gestor do contrato toda e qualquer irregularidade observada nos locais de prestação do serviço e que possam representar risco ao patrimônio, à documentação, aos servidores e contribuintes.

Cláusula Terceira: DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA

- 3.1. A entrega e instalação dos equipamentos, bem como do software, deverá ser realizada pela empresa vencedora no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis** a contar do recebimento da assinatura do contrato.
- 3.2. A Gerência de Almoxarifados e Mobiliário comunicará a licitante vencedora, mediante correspondência ou e-mail, o aviso da ordem de serviço.
- 3.3. Os produtos deverão ser entregues e instalados no **CENTRO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E BEM-ESTAR ANIMAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO**, sito na **Rua Wenceslau Braz, nº 8-8, Vila Souto – Bauru/SP – CEP 17051-120**, em dias úteis, no horário das 08:00 h às 11:30 h e das 13:00h às 16:30h.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

- 3.4. A licitante vencedora deverá seguir rigorosamente os dias, horários e prazos de entrega;
- 3.5. Correrão por conta da licitante vencedora as despesas de embalagem, seguros, transporte, descarregamento, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e outros, se existentes, decorrentes do fornecimento.
- 3.6. O Município de Bauru reserva-se o direito de inspecionar os objetos do contrato, podendo recusá-lo ou solicitar sua substituição, caso esteja em desacordo com as especificações contidas na proposta comercial e no Termo de Referência.
- 3.7. No ato do recebimento, o objeto será submetido à verificação por servidores competentes, cabendo a licitante vencedora a substituição, caso o mesmo seja recusado por não se enquadrar nas especificações estipuladas no Anexo I e III, estando à licitante vencedora sujeita a aplicação de penalidade.

Cláusula Quarta: DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

4.1. O CONTRATANTE por meio do órgão interessado efetuará a fiscalização do serviço a qualquer instante, solicitando à CONTRATADA, sempre que entender conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos solicitados, bem como comunicar ao contratante quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom cumprimento do presente termo.

4.1.1. A ação ou omissão total ou parcial dos órgãos encarregados da fiscalização não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade do fornecimento, de acordo com as condições estabelecidas do presente contrato.

Cláusula Quinta: DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo objeto descrito na Cláusula Primeira a importância total de R\$..... (), que será suportada pelas Fichas XXXXX - dotação orçamentária da Secretaria de Infraestrutura, do Meio Ambiente, de Aprovação de Projetos, de Serviços Urbanos e da Habitação.

5.2. O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da entrega da nota fiscal na Secretaria Municipal da Fazenda, obedecendo a ordem cronológica de sua exigibilidade mediante ordem bancária através de instituição financeira a ser determinada pela CONTRATADA.

5.3. No caso de atraso no pagamento por parte do CONTRATANTE, haverá a incidência de juros moratórios de 0,5% (cinquenta centésimo por cento) ao mês ou fração, a contar da data prevista para pagamento até o efetivo pagamento.

5.4. Se durante a execução do Contrato, expirar-se o prazo de validade das Certidões apresentadas na fase de habilitação, comprovando regularidade quanto à Receita Federal, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Trabalhista, a CONTRATADA deverá providenciar a imediata atualização das mesmas.

5.5. A falta de apresentação dos documentos atualizados, mencionados no item 5.4, implicará na rescisão do Contrato firmado.

5.6. Não haverá atualização nos preços quando o atraso no pagamento se der por culpa exclusiva da CONTRATADA, nos termos do previsto no item 5.4.

5.7. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado, em 05/12/2025.

5.8. Após o interregno de 01 (um) ano e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

5.9. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros, do último reajuste;

5.10. No caso de atraso ou não divulgação dos índices de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao contratado, a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

5.11. Nas aferições finais, os índices utilizados para reajuste serão obrigatoriamente os definitivos;

5.12. Caso os índices estabelecidos para o reajustamento venham a ser extintos, ou de qualquer forma não possam mais serem utilizados, será adotado em substituição, os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor;

5.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

5.14. O reajuste será realizado por apostilamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

Cláusula Sexta: DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO, DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

6.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto no art. 155, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021;

6.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, conforme previsto no art. 155, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato, conforme previsto no art. 155, inciso III da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame, conforme previsto no art. 155, IV da Lei Federal nº 14.133/2021;

6.1.4.1. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, conforme previsto no art. 155, V da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) Deixar de apresentar amostra;
- e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

6.1.5. Não celebrar o contrato/ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme previsto no art. 155, VI da Lei Federal nº 14.133/2021;

- a) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato/ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- b) Recusar-se, sem justificativa, a aceitar ou retirar o contrato, ata de registro de preços ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

6.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, conforme previsto no art. 155, inciso VII da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato/ata de registro de preços, conforme previsto no art. 155, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021;

6.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/ata de registro de preços, conforme previsto no art. 155, inciso IX da Lei Federal nº 14.133/2021;

6.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, conforme previsto no art. 155, inciso X da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

6.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, conforme previsto no art. 155, inciso XI da Lei Federal nº 14.133/2021;

6.1.11. Praticar ato lesivo, conforme previsto no art. 155, inciso XII da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2. Com fulcro no [art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência ao responsável pela infração administrativa prevista no subitem 21.1.1, bem como inciso I do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa calculada no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ao responsável pelo cometimento das infrações administrativa prevista nos subitens 21.1.1 a 21.1.11, bem como no artigo 155 da Lei Federal 14.133/2021;
- c) Impedimento de licitar e contratar e ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 21.1.2 a 21.1.6, bem como nos incisos II, III, IV, V VI e VII do caput do art 155 da Lei Federal n 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá ao responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta deste ente federativo pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade ao responsável pelas infrações administrativa previstas nos subitens 21.1.7 a 21.1.11, e nos incisos VIII, IX X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas prevista no subitens 21.1.2 a 21.1.6, e incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na alínea c9, subitem 21.2 desta clausula, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6(seis) anos;

6.3. O atraso injustificado na execução do contrato/ata de registro de preços sujeitará o contratado/compromissário a multa de mora, em atendimento ao previsto no artigo 162 caput da Lei Federal nº 14.133/2021, calculado sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao termino do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) dia, sendo aplicada em acréscimo à do inciso I, estando limitado a 20% (vinte por cento)
- c) Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contato, conforme o caso.

6.3.1. Os prazos referidos nas alíneas a, b e c deste subitem considerarão dias corridos.

6.3.2. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto artigo 162, parágrafo único da Lei Federal nº 14.133/2021

6.4. Na aplicação das sanções serão considerados, conforme previsto no §1º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- 6.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 6.4.2. As peculiaridades do caso concreto
- 6.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 6.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 6.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.5. A multa será recolhida em percentual e 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da comunicação oficial.

6.6. As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme previsto no § 7º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

- a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis foram superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Município a contratada além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações

- 6.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente, à penalidade de multa.
- 6.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1.2 á a 6.1.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme previsto no §4º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021
- 6.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas descritas nos itens 6.1.2 ao 6.11, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo mínimo de 3(três) anos e máximo de 6(seis) anos, conforme previsto no §5º do [art. 156 da Lei n.º 14.133/2021](#)
- 6.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrito nos subitens 6.1 e 6.1.1, se amolda na infração constante no subitem 6.1.5 e caracterizará o destruímento total da obrigação assumida e sujeitará as penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Administração.
- 6.11. Apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, conforme estabelece o [art. 158, §1º da Lei 14.133/2021](#).
- 6.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, conforme previsto nos artigos 157 e 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento, conforme previstos nos 157 e 158 da Lei Federal nº 14.331/2021.
- 6.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 6.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

Cláusula Sétima: ÓRGÃO GERENCIADOR E GESTOR DO CONTRATO

- 7.1. O CONTRATANTE designa como ÓRGÃO GERENCIADOR deste contrato, a Secretaria Municipal de Infraestrutura, que terá a incumbência de efetuar a prática de todos os atos de controle e gerenciamento deste contrato.
- 7.2. O CONTRATANTE designa como gestores e fiscais os seguintes servidores:
- 23.2.1 Gestor titular: Sr. Jaime Tadeu Antunes dos Santos;
 - 23.2.2. Gestor suplente: Sr. Daniel Sanches Donato;
 - 23.2.3. Fiscal titular: Sra. Ana Rosa Damasceno e Souza;
 - 23.2.4. Fiscal suplente: Sra. Camila Rocha Coelho Mariano;
- 7.3. A CONTRATADA, designa como Gestor do Contrato, o Sr(a). _____, portador do RG nº _____ e CPF nº _____, conforme constante na sua Proposta de Preços, que é parte integrante deste documento.
- 7.4. Ao(s) gestor(es) por parte do CONTRATANTE, além das atribuições previstas no Decreto Municipal nº 16.666/2023, compete:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP

ESTADO DE SÃO PAULO

**Secretaria Municipal da Administração – Gerência de Compras e
Licitações**

7.4.1. Assegurar-se quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização.

7.4.2. Zelar, pelos demais atos da Adjudicatária, relativos ao cumprimento das obrigações assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais.

7.4.3. Informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa da Adjudicatária em atender as condições estabelecidas no edital, quanto às divergências relativas ao fornecimento dos produtos ou as características e origem dos sistemas registrados.

Cláusula Oitava: CONDIÇÕES GERAIS

8.1. Correrão por conta e risco da CONTRATADA todas as despesas e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. Não poderá a CONTRATADA ceder ou transferir o contrato, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do Município.

8.3. Obriga-se a CONTRATADA a manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas no certame licitatório.

8.4. O presente pacto é um contrato administrativo e, portanto, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas de direito público, sendo plenamente aceito pela CONTRATADA.

8.5. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21.

8.6. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, e sem necessidade de adoção de qualquer outra providência na esfera judicial, rescindir a avença, estando asseguradas, em quaisquer hipóteses, as garantias constitucionais ao contraditório, à ampla defesa e ao devido processo legal.

8.7. Constituirão motivos para extinção do contrato, conforme previsto nos art. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/21.

8.8. Para as questões que se suscitarem entre os CONTRATANTE e que não sejam resolvidas amigavelmente na esfera administrativa, fica eleito o foro da comarca de Bauru para a solução judicial, desistindo as partes de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes em comum acordo com as cláusulas aqui pactuadas, segue este instrumento em 02 vias de igual teor e validade, assinado na presença de 02 (duas) testemunhas.

Bauru (SP), ____ de ____ de 2026.

Suéllen Silva Rosim
Prefeita Municipal

CONTRATADA
CPF: NOME: /RG:

TESTEMUNHAS

Nome: _____

RG: _____

Nome: _____

RG: _____